



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

PLANO DE PORMENOR DE VALE BOM EM MORA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Mora, 19 de novembro de 2020

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL:

Eng.º Luís Simão de Matos (Presidente da Câmara Municipal de Mora)

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

COLABORADORES:

Ana Rodrigues (Geógrafa)

Alexandre Domingues (Geógrafo)

Andreia Chora (Geógrafa)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Filipa Esperança (Jurista)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

Luísa Adelino (Geógrafa)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Pedro Dias (Arquiteto)

Tiago Sousa (Geógrafo)

ÍNDICE DO RELATÓRIO

1. RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (RFCD).....	6
1.1. Introdução.....	7
1.2. Quadro Legal	8
1.3. Dos objetivos à metodologia	10
1.4. Objetivos, metodologia e estrutura do RFCD do PPVB.....	13
1.5. Objeto da avaliação da AAE do PPVB	17
1.6. As questões estratégicas do PPVB	19
1.7. O quadro de referência estratégico (QRE).....	20
1.8. As questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)	22
1.9. Fatores críticos para a decisão (FCD).....	25
1.9.1. Identificação e descrição dos FCD	25
1.10. Envolvimento público e institucional	30
1.11. Proposta de estrutura do relatório ambiental	30
1.12. Considerações finais	32
1.13. Bibliografia	32
ANEXOS	39
2. RELATÓRIO AMBIENTAL	63
2.1. Contextualização, objetivos, metodologia e estrutura do RA.....	64
2.2. Objeto de avaliação	66
2.3. Fatores Críticos para a decisão (FCD).....	67
2.4. Avaliação Ambiental Estratégica por FCD	71
2.4.1. Enquadramento	71
2.4.2. FCD1. População e desenvolvimento socioeconómico	72
2.4.3. FCD2. Promoção do território e sustentabilidade ambiental	83
2.5. Diretrizes para o seguimento	93
2.5.1. Diretrizes de planeamento e gestão.....	94
2.5.2. Diretrizes de monitorização	98
2.5.3. Diretrizes de governança.....	100
2.6. Considerações Finais	103

2.7. Bibliografia	105
-------------------------	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Fases fundamentais da AAE	11
Figura 1.2. Definição dos FCD resultados da integração das QE, das QAS e do QRE	15
Figura 1.3. Eixos de ação estratégica e objetivos estratégicos do PPVB	20
Figura 1.4. Objetivos de cada FCD	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 Ponderação dos critérios previstos do RJAAE para qualificar o PPVB como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente	9
Quadro 1.2. Quadro problema na AAE para a estratégia de desenvolvimento do PPVB	18
Quadro 1.3. QRE do PPVB	21
Quadro 1.4. Matriz de relação entre as Questões Estratégicas do PPVB e os objetivos do Quadro de Referência	22
Quadro 1.5. Matriz de relação entre as QE do PPVB e as QAS	24
Quadro 1.6. Identificação dos FCD	25
Quadro 1.7. FCD 1 – Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	27
Quadro 1.8. FCD 2 – Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação	29
Quadro 2.1 Relação entre as QE e respetivos objetivos estratégicos do PPVB e os FCD	67
Quadro 2.2 Matriz de coerência entre o QRE e os FCD	68
Quadro 2.3 QAS relevantes para o PPVB por FCD	68
Quadro 2.4. FCD1: critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores..	69
Quadro 2.5. FCD2: critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores..	70
Quadro 2.6 <i>SWOT</i> para o Fator Crítico “população e desenvolvimento socioeconómico”	79



Quadro 2.7. Identificação de Oportunidades e Riscos para o FCD População e desenvolvimento socioeconómico	81
Quadro 2.8. <i>SWOT</i> para o Fator Crítico “ <i>promoção do território e sustentabilidade ambiental</i> ”	90
Quadro 2.9. Identificação de Oportunidades e Riscos para o FCD “ <i>promoção do território e sustentabilidade ambiental</i> ”	92
Quadro 2.10. Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico “População e Desenvolvimento Socioeconómico”	98
Quadro 2.11. Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico “ <i>Promoção do território e sustentabilidade ambiental</i> ”,	99



1. RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (RFCD)

1.1. INTRODUÇÃO

O **conceito de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** remonta ao final da década de 1980 e compreende “as avaliações ambientais adequadas a políticas, planos e programas (...) com uma **natureza mais estratégica** do que aquelas aplicáveis a projetos individuais (...) provavelmente diferindo destas em diversos aspetos importantes” (WOOD e DJEDDOUR, 1989 citados por PARTIDÁRIO, 2012). Com efeito, a AAE assume um **papel facilitador** no processo de decisão e acrescenta, por isso, valor a esse processo, na medida em que ajuda a criar um contexto de desenvolvimento para a sustentabilidade, **integrando as questões ambientais e de sustentabilidade na decisão e avaliando opções estratégicas de desenvolvimento** face às condições de contexto (PARTIDÁRIO, 2012).

O presente documento, designado por Relatório de fatores Críticos para a Decisão (RFCD), constitui a primeira fase do processo de AAE do Plano de Pormenor de Vale Bom (PPVB), em Mora.

A AAE da proposta do PPVB deverá ser entendida como um procedimento abrangente e integrado durante a elaboração do mesmo. Este permite enriquecer as metodologias de planeamento e melhorar a sua prática de gestão territorial, bem como, garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no âmbito do PP são tomadas em consideração durante a respetiva elaboração e antes da sua aprovação.

1.2. QUADRO LEGAL

A AAE do PPVB deverá cumprir os requisitos da legislação aplicável sobre a matéria, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho¹ (RJAAE), que instituiu a obrigatoriedade da sua elaboração, sendo definida como “a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final” (cf. alínea a) do artigo 2.º do RJAAE).

Nos termos deste diploma, os procedimentos de elaboração, acompanhamento, participação pública e aprovação dos instrumentos de gestão territorial, deverão incorporar uma análise sistemática dos seus efeitos ambientais, determinando também quais os planos e programas sujeitos a AAE. Em relação aos **planos de pormenor**, em concreto, o RJIGT² determina, no n.º 1 do artigo 78.º, que “... **só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente** ou nos casos que **constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de incidências ambientais**”.

O mesmo artigo, no n.º 2 refere que “a **qualificação dos (...) planos de pormenor**, para efeitos do disposto no número anterior, **competem à câmara municipal**, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto

¹ Alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio. Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho.

² Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, podendo ser precedida de consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano.”

Neste contexto, a qualificação do PPVB como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente (ou não) foi efetuada atendendo ao grau de probabilidade dos critérios definidos no anexo do RJAE (vd. Quadro 1.1). A ponderação destes critérios determinou a **necessidade de sujeição do PPVB a AAE**.

Quadro 1.1 Ponderação dos critérios previstos do RJAE para qualificar o PPVB como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente

Critério	Grau de probabilidade
1. Características do plano tendo em conta, nomeadamente:	
O grau que o plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos	Elevada
O grau que o plano influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia	Média
A pertinência do plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável	Média
Os problemas ambientais pertinentes para o plano	Média
A pertinência do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente.	Baixa
2. Características dos impactes e da área suscetível a ser afetada, tendo em conta, nomeadamente:	
A probabilidade, a duração a frequência e a reversibilidade dos efeitos	Elevada
A natureza cumulativa dos efeitos	Média
A natureza transfronteiriça dos efeitos	Baixa
Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes	Baixa
A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada	Média
O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada devido a características naturais específicas ou património cultural	Média
O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada devido a ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental	Média

O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada devido a utilização intensiva do solo	Média
Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional	Baixa

Fonte: Adaptado do Anexo do DL n.º 232/207, 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio

Assim, o presente RFCD cumpre o estipulado no n.º 1 do artigo 5.º do RJAAE e, conforme o determinado no n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, deverá ser apreciado pelas entidades ambientais que, em virtude das suas responsabilidades ambientais, sejam suscetíveis de interesse os efeitos resultantes da execução do PPVB.

1.3. DOS OBJETIVOS À METODOLOGIA

A AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa, em geral, segundo PARTIDÁRIO (2012), **três funções principais**, designadamente:

1. encorajar a **integração ambiental e de sustentabilidade** (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
2. **acrescentar valor ao processo de decisão**, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
3. **alterar mentalidades** e criar uma **cultura estratégica no processo de decisão**, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

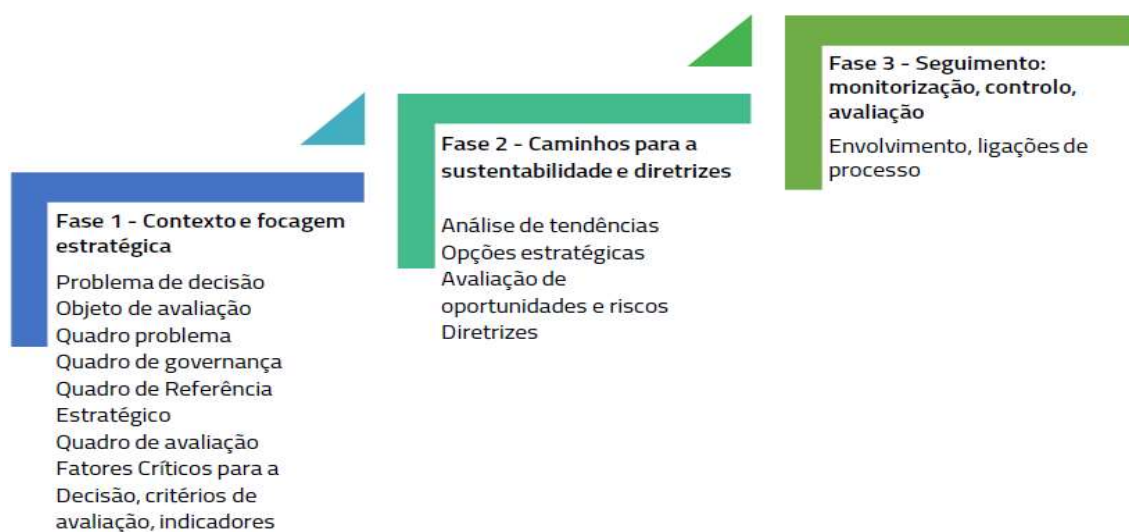
Desta feita, os **objetivos principais da AAE** são, essencialmente, os seguintes:

1. **integrar as questões ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão** do objeto da AAE;

2. **avaliar as opções estratégicas**, adotar soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e medidas que evitem ou reduzam os efeitos negativos no ambiente, decorrentes da execução do plano;
3. assegurar **uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais**, através da integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que devem ser consideradas num quadro de sustentabilidade.

No que toca à **metodologia** aplicada, a AAE desenvolve-se num processo cíclico, que se estrutura em três fases fundamentais, como ilustra a Figura 1.1.

Figura 1.1. Fases fundamentais da AAE



Fonte: Adaptado de PARTIDÁRIO, 2012

A **primeira fase** consubstancia-se na **elaboração do RFCD** e visa estabelecer o **contexto e a focagem estratégica** através:

- a) da definição do **problema de decisão**;
- b) do **objeto da avaliação**;

- c) do **quadro problema**, que inclui os problemas, as potencialidades e as forças de mudança;
- d) do **quadro de governança**, que inclui a identificação da rede de agentes interessados relevantes para a AAE;
- e) do **quadro de referência estratégico**;
- f) do **quadro de avaliação**;
- g) da **definição dos fatores críticos para a decisão**.

O RFCD deve, assim, responder à **definição do âmbito e alcance da avaliação e pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental**, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do RJAAE.

Na **segunda fase**, materializada no **Relatório Ambienta**l, definem-se as **opções estratégicas** para o desenvolvimento, que possibilitem a concretização da visão de futuro definida, partindo da **análise de tendências**, as quais sintetizam os pontos fortes e fracos e os conflitos e as potencialidades de desenvolvimento.

A **avaliação de oportunidade** e de **riscos** pode ser feita num contexto de cenarização, sendo de destacar o papel da AAE na **formulação de diretrizes** de planeamento, gestão e monitorização, e um programa de indicadores para monitorização, respondendo assim ao requisito legal de medidas de controlo.

Por fim, a **terceira fase** diz respeito ao **seguimento, monitorização, avaliação e comunicação**, que decorre de forma contínua, “ligando a AAE ao processo de tomada de decisão durante a implementação, mas também à primeira fase de um ciclo subsequente de formulação de políticas ou planeamento” (PARTIDÁRIO, 2012).

1.4. OBJETIVOS, METODOLOGIA E ESTRUTURA DO RFCD DO PPVB

OBJETIVOS E METODOLOGIA DO RFCD DO PPVB

É no contexto da aplicabilidade de AAE ao PPVB, ao abrigo do RJAAE, que decorre a elaboração do presente RFCD¹, da responsabilidade da Câmara Municipal de Mora, correspondente à primeira fase da AAE.

Neste sentido, o RFCD do PPVB tem como principais **objetivos**:

1. estabelecer o **âmbito e alcance da AAE**, através da **identificação dos FCD do PPVB**;
2. definir o **quadro de referência estratégico da AAE (QRE)**;
3. determinar as **questões estratégicas (QE)** do PPVB;
4. determinar os **fatores ambientais (FA) significativos**;
5. definir as **entidades competentes e os atores relevantes** para o envolvimento e participação no processo de AAE do PPVB;
6. **promover a consulta às entidades** que, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PPVB.

A identificação dos FCD **tem como objetivo estabelecer o âmbito e alcance da AAE** e decorre da definição de um **quadro de referência estratégico da AAE (QRE)**, da **determinação das questões estratégicas (QE)** do PPVB e da determinação dos **fatores ambientais (FA)** significativos. No âmbito do estabelecimento dos FCD cabe ainda a definição das entidades

¹ Neste RFCD segue-se a proposta de PARTIDÁRIO (2012) de utilização de um novo léxico conducente a criar pensamento estratégico em AAE, substituindo assim a terminologia usada tradicionalmente em Avaliação de Impacte Ambiental (Definição do Âmbito) pela expressão "Fatores Críticos para a Decisão" (FCD).

competentes e do público relevante para o envolvimento e participação no processo de AAE do PPVB.

O relatório dos FCD destina-se ainda a promover a consulta às entidades que em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da revisão do PPVB.

Metodologicamente, uma vez que o RFCD corresponde à primeira fase do processo de AAE (de acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do RJAAE), informando sobre a fase seguinte de definição de caminhos para a sustentabilidade e de diretrizes, consubstanciada no RA, importa definir quais são os **problemas chave**, os **objetivos** e as **prioridades** para o território. Assim é vital a identificação do **problema de decisão** para o reconhecimento do objeto de avaliação. Para isso concorre o conhecimento dos **objetivos**, **questões estratégicas** e das **prioridades** suportadas por uma visão do futuro, ou seja, a **estratégia de desenvolvimento do PPVB**.

Definido o objeto de avaliação, é necessário conhecer os principais problemas, potencialidades e forças motrizes que refletem as prioridades setoriais, ambientais e de sustentabilidade, ou seja, o **quadro-problema**¹ (PARTIDÁRIO, 2012).

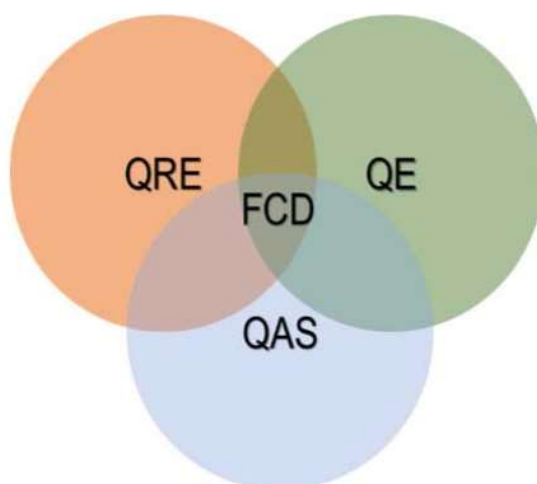
Determinado o quadro-problema, procede-se à identificação das **questões estratégicas (QE)** que constituem os eixos de ação estratégica, concretizados em objetivos estratégicos do PPVB. A partir do conhecimento do objeto de avaliação também é definido o **quadro de referência estratégico (QRE)**, que diz respeito ao conjunto das macropolíticas de ambiente e sustentabilidade que estabelecem o referencial para a avaliação na AAE. Por seu lado, o

¹ Obtendo-se um breve diagnóstico sobre o uso dos recursos naturais, valores naturais com estatuto de conservação ou com necessidade de conservação, valores culturais, áreas sensíveis, necessidades sociais e bens naturais e sociais com valor económico de curto, médio e longo prazo (PARTIDÁRIO, 2012).

quadro de governança permite identificar quais são os agentes envolvidos na implementação do PP, e quais as respectivas responsabilidades.

Neste âmbito, os **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** são grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para a sustentabilidade, dão resposta ao âmbito e alcance da AAE e estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE, refletindo as macropolíticas relevantes (QRE), as questões estratégicas (QE) e as questões ambientais e de sustentabilidade (Fatores Ambientais – FA), (vd. Figura 1.2).

Figura 1.2. Definição dos FCD resultes da integração das QE, das QAS e do QRE



Fonte: adaptado de PARTIDÁRIO, 2012

Assim, os FCD estabelecem o **quadro de avaliação**, os **critérios de avaliação** e os **indicadores**. Os critérios de avaliação especificam os FCD, fornecendo detalhes sobre o que significam e as questões relevantes consideradas prioritárias. Os indicadores, por seu lado, são métricas da avaliação (quantitativos ou qualitativos) e são selecionados os que realmente revelam tendências significativas. Ainda nesta primeira fase de AAE são identificadas as **questões**

ambientais e de sustentabilidade (QAS) e como elas são cobertas pelas **questões ambientais (QA)** definidas na lei¹.

ESTRUTURA DO RFCD Do PPVB

O RFCD do PPVB encontra-se estruturado em onze capítulos e um anexo, nomeadamente:

Capítulo 1.1 – apresenta a contextualização da AAE;

Capítulo 1.2 – centra-se no quadro legal;

Capítulo 1.3 – foca-se nos objetivos e metodologia;

Capítulo 1.4 – apresenta os objetivos, metodologia e estrutura do RFCD do PPVB;

Capítulo 1.5 – detalha o objeto da avaliação da AAE no PPVB

Capítulo 1.6 - apresenta as questões estratégicas do PPVB definidas na estratégia e respetivo modelo de desenvolvimento territorial;

Capítulo 1.7 – define o quadro de referência estratégico (QRE) em termos de ambiente e sustentabilidade, com orientações da escala internacional à escala local, criando um referencial para a avaliação do PPVB;

Capítulo 1.8 – identifica as questões ambientais e de sustentabilidade (QAS) que concretizam o âmbito ambiental com relevância para o plano;

Capítulo 1.9 – procede ao reconhecimento de áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente, que constituem os fatores críticos para a decisão (FCD) no âmbito da revisão do plano;

Capítulo 1.10 – respeita ao envolvimento público e institucional;

Capítulo 1.11 – apresenta a proposta de estrutura de relatório ambiental;

Capítulo 1.12 – dedicado às considerações finais;

Capítulo 1.13 – contém a bibliografia de referência;

¹ Alínea e) do artigo 6.º do RJAAE.

Anexo I – contém o âmbito e os principais objetivos e/ou linhas de ação dos documentos considerados no QRE.

1.5. OBJETO DA AVALIAÇÃO DA AAE DO PPVB

O **objeto de avaliação da AAE** é o **PPVB**, que pretende dotar a área onde o mesmo incide de um instrumento de gestão territorial que integra as orientações estratégicas de nível nacional, regional e municipal, assentes numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

O PPVB constitui assim um plano territorial de âmbito local como qual se pretende obter um instrumento que responda aos seguintes **objetivos**:

1. **atrair e fixar** no concelho e em particular na vila de Mora, população jovem e em idade ativa;
2. **estruturar o perímetro urbano**, colmatando a malha como se infere da delimitação no PDM da UOPG – Mora/Zona 2;
3. **qualificar do ponto de vista ambiental** e valorizar paisagisticamente o local.

Em alinhamento com a estratégia de desenvolvimento (CMM, 2018), o PPVB:

1. será um estímulo, de iniciativa pública, para promover a **atração e fixação de população jovem** e em idade ativa na sede de concelho, na medida em que permitirá aumentar a oferta de habitação, designadamente habitação acessível na vila de Mora;
2. **revitalizar e fortalecer a economia local** através de ganhos de escala demográfica;
3. **valorizará o território**, através da requalificação de um espaço degradado e da recuperação paisagística da linha de água que atravessa a área sujeita ao PPVB, incrementando a atratividade do aglomerado e a sua competitividade.

Os objetivos propostos em sede de elaboração do PPVB visam dar resposta ao diagnóstico efetuado¹, que serve de referência ao quadro problema na AAE para a estratégia de desenvolvimento territorial do PPVB (vd. Quadro 1.2).

Quadro 1.2. Quadro problema na AAE para a estratégia de desenvolvimento do PPVB

Principais problemas
Ambiente e recursos naturais
<ol style="list-style-type: none">1. os solos litólicos que abrangem a quase totalidade da área do PPVB possuem capacidade agrícola muito baixa, com limitações muito severas e risco de erosão muito elevado – portanto, não suscetíveis de uso agrícola;2. solo maioritariamente inculto, ocupado por oliveiras dispersas degradadas e em mau estado fitossanitário, desprestigiando o local e influenciando negativamente a paisagem;3. enquadramento por áreas de matos que se desenvolvem quase sem controlo devido, essencialmente, ao abandono agrícola.
Crescimento, desenvolvimento e ordenamento
<ol style="list-style-type: none">1. tendência de envelhecimento populacional e despovoamento do concelho (inclusivamente o concelho tem perdido população de forma mais acentuada do que a sua envolvente);2. taxa de desemprego elevada no concelho;3. mercado deficitário em mão-de-obra qualificada;4. forte competitividade de outros territórios na captação de população. O saldo migratório do concelho é negativo e tem vindo a acentuar-se, em parte justificado pela atratividade de outros territórios;5. inexistência de políticas de fixação de jovens;6. apesar do seu caráter informal, o facto de existir ali há vários anos uma atividade, poderá conduzir a alguma insatisfação por parte dos seus responsáveis e, eventualmente, provocar delongas na desocupação do prédio;7. competição com ofertas de loteamentos particulares dentro do concelho. Neste contexto, o âmbito do PPVB é oferecer lotes a preços competitivos sem, no entanto, entrar em conflito com as ofertas de mercado existentes;8. desajuste entre a oferta de lotes existente e a procura (tanto em quantidade como em relação a preços);
Equipamentos, infraestruturas, serviços, acessibilidade e mobilidade
<ol style="list-style-type: none">1. inexistência de infraestruturas no interior da área do plano – o que implica a sua criação de raiz;2. reduzida oferta e diversidade de transportes públicos;3. acesso local existente insuficiente, com estrangulamento junto à Rua de Santo António e não promove a mobilidade suave, a acessibilidade para todos, nem cumpre os princípios de <i>design for all</i>.
Principais sensibilidades

¹ Vd. Capítulo 7 do Relatório de caracterização: SWOT.

1. a área do PPVB situa-se sobre a Bacia do Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo – que não corresponde a um sistema aquífero;
2. quadro de alterações climáticas e consequente intensificação dos fenómenos meteorológicos;
3. em episódios de precipitação verifica-se a ocorrência de escoamento sob a forma de *rill wash* (pequenos sulcos) e a concretização do PPVB irá alterar o sistema de escoamento local.

Principais potencialidades

1. proximidade do concelho à AML, a Espanha, a Évora e ao Algarve;
2. proximidade da sede de concelho, que permite que o PPVB beneficie da proximidade geográfica de serviços, equipamentos e bens;
3. colmatagem da malha urbana da sede de concelho;
4. reforço da vila de Mora no sistema urbano regional e local, através do reforço do índice de centralidade;
5. possibilidade de reconversão paisagística e requalificação ambiental, tornado a área do PPVB agradável;
6. manutenção da área florestal existente dentro do limite norte da área do PPVB para fruição por parte da população local, tornando esta área mais aprazível e prestigiante;
7. concretização de medidas que mitiguem a ocorrência de escoamento em toalha ou sob a forma de *rill wash*, bem como da erosão dos solos;
8. possibilidade de fixar famílias jovens, mitigando o despovoamento e envelhecimento, com possibilidade de dar resposta às necessidades do mercado local, e estímulo da economia local (através da criação de emprego e maior dinâmica na transação de bens).

1.6. AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS DO PPVB

Perante os desafios que o território se depara, a estratégia de desenvolvimento territorial do PPVB concretiza-se na definição de **dois grandes eixos de ação estratégica**, os quais se materializam através de **oito objetivos estratégicos** (vd. Figura 1.3).

Figura 1.3. Eixos de ação estratégica e objetivos estratégicos do PPVB

EAE1. Atrair e fixar população jovem

- OE1.1. Aumentar a oferta de habitação acessível na vila de Mora nas tipologias mais procuradas;
- OE1.2. Dinamizar a economia local;
- OE1.3. Privilegiar soluções para o espaço público que promovam a mobilidade e acessibilidade para todos e, por conseguinte, a redução das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, seguindo os princípios do design for all.

EAE2. Valorizar o território

- OE2.1. Detalhar o modelo de desenvolvimento e de ocupação do solo definindo, nomeadamente, as áreas edificadas e impermeabilizadas e diretrizes para as intervenções paisagísticas;
- OE2.2. Requalificar o espaço do ponto de vista ambiental, através da limpeza e recuperação ambiental;
- OE2.3. Valorizar o local do ponto de vista paisagístico;
- OE2.4. Proteger os valores naturais em presença;
- OE2.5. Utilizar espécies vegetais adaptadas às condições edafoclimáticas do local, e preferencialmente autóctones.

Fonte: Capítulo 7.2 do relatório de caracterização do PPVB

1.7. O QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

A análise dos **planos, programas e estratégias** com os quais o PPVB estabelece relações, resulta na definição num **QRE**¹ em termos de ambiente e sustentabilidade, com orientações de escala internacional à escala local, criando um referencial para a avaliação do PPVB (*vd.* Quadro 1.3).

¹ Atender ao Anexo I onde se sintetiza a estratégia, objetivos e metas veiculados por cada um dos documentos que compõe o QRE.

Quadro 1.3. QRE do PPVB

Instrumentos de gestão territorial e outros	Designação	Âmbito territorial
Instrumentos de Desenvolvimento Territorial	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Nacional
	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	Regional
Instrumentos de Política Setorial	Plano Nacional da Água (PNA)	Nacional
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR) 2020	
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)	
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015	
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	
	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	
	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020	
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030	
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020)	
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	
Instrumentos de Natureza Regulamentar	Plano Diretor Municipal de Mora	Municipal
Outros instrumentos	Portugal 2020	Nacional e Internacional
	Convenção Europeia da Paisagem (CEP)	
	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)	
	Europa 2020	
	Convenção de Aarhus	

Da **relação** entre os objetivos estratégicos dos documentos que integram o **QRE** e os **objetivos fundamentais do PPVB**, verifica-se uma **forte convergência**¹. De salientar particularmente a forte convergência entre o eixo de ação estratégica “Valorizar o território” do PPVB com um elevado número de documentos do QRE (*vd.* Quadro 1.4).

¹ Considera-se uma forte convergência quando um ou mais objetivos estratégicos do PPVB apresentam uma relação forte com os documentos do QRE.

Quadro 1.4. Matriz de relação entre as Questões Estratégicas do PPVB e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico da AAE

QRE \ QE PPVB	Atrair e fixar população jovem	Valorizar o território
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)		
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)		
Plano Nacional da Água (PNA)		
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) 2012-2020		
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR) 2020		
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)		
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015		
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)		
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)		
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020		
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030		
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)		
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)		
Plano Diretor Municipal de Mora		
Portugal 2020		
Convenção Europeia da Paisagem (CEP)		
Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)		
Europa 2020		
Convenção de Aarhus		

Relação forte
Relação média
Relação fraca

1.8. AS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QAS)

As Questões Ambientais e de Sustentabilidade (**QAS**) são estabelecidas pela alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho¹ e, concretizando a esfera ambiental com

¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

relevância para o PPVB, dizem respeito à **biodiversidade, população, saúde humana, flora, fauna, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, patrimônio cultural** (incluindo o patrimônio arquitetônico e arqueológico) e **paisagem**. Neste sentido, as QAS devem ser ajustadas de acordo com a realidade, focagem estratégica e escala de avaliação do PPVB.

Desta forma, além da avaliação das referidas questões ambientais (cuja pertinência se justifica pela tipologia do plano em avaliação, diagnóstico realizado à área em estudo e objetivos fundamentais delineados para o território), a AAE debruça-se ainda sobre **fatores de sustentabilidade**, nomeadamente:

1. **Economia/Competitividade** - considerando os aspetos relacionados com a dinamização, recuperação e diversificação da economia e aumento dos níveis de competitividade. Adiante designado por **economia**;
2. **Emprego/Qualificação** – considerando os aspetos relacionados com a promoção do emprego e aumento dos níveis de qualificação dos recursos humanos. Adiante designado por **emprego**;
3. **Ocupação e Uso do solo** – considerando os aspetos relacionados com a proposta de classificação e qualificação do solo proposta. Adiante designado por **ocupação do solo**;
4. **Sistema Urbano** – considerando os aspetos relacionados com a consolidação e qualificação do sistema urbano;
5. **Infraestruturas** – considerando os aspetos relacionados com a cobertura e eficácia das infraestruturas urbanas e viárias;
6. **Equipamentos** – considerando os aspetos relacionados com a cobertura e eficácia dos equipamentos coletivos;
7. **Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos** – considerando os aspetos relacionados com a prevenção e minimização de riscos naturais, mistos e tecnológicos. Adiante designado por **riscos**;

8. Ruído – considerando os aspetos relacionados com a qualidade do ambiente sonoro.

Verifica-se uma predominância de uma relação forte entre o EAE “Valorizar o território” e as questões ambientais e de sustentabilidade da AAE. No entanto, no que se refere ao EAE “Atrair e fixar população jovem” e as QAS da AAE destaca-se uma relação média – forte. Conclui-se, portanto, sobre uma elevada preocupação com as questões ambientais e de sustentabilidade na definição dos eixos de ação estratégica e respetivos objetivos do PPVB (vd. Quadro 1.5).

Quadro 1.5. Matriz de relação entre as QE do PPVB e as QAS

QAS \ QE PPVB	Atrair e fixar população jovem	Valorizar o território
Biodiversidade		
Fauna		
Flora		
População		
Saúde humana		
Solo		
Água		
Atmosfera		
Fatores climáticos		
Bens materiais		
Património cultural		
Paisagem		
Economia		
Emprego		
Ocupação do solo		
Sistema Urbano		
Infraestruturas		
Equipamentos		
Riscos		
Ruído		

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

Alínea e) do nº1 do artigo 6.º do DL n.º 232/2007	Fatores de sustentabilidade que integram a proposta do PPVB
---	---

1.9. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

1.9.1. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS FCD

A definição dos FCD garante a focagem estratégica da AAE, na medida em que determina o seu alcance e os principais temas a considerar no processo decisório, resultando da análise integrada, nomeadamente:

1. das Questões Estratégicas (QE);
2. do Quadro de Referência Estratégico (QRE);
3. dos Fatores Ambientais (FA).

Desta forma, como resultado da avaliação e do cruzamento da informação anterior, com base no profundo conhecimento do território e das potencialidades e fragilidades ambientais, identificou-se um conjunto de **áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente**, que constituem os FCD no âmbito do PPVB (*vd.* Quadro 1.6).

Quadro 1.6. Identificação dos FCD

FCD	QE PPVB	QAS	QRE
População e desenvolvimento socioeconómico	Atrair e fixar população jovem	População; Solo; Bens materiais; Paisagem; Economia;	Emprego; Ocupação do solo; Sistema Urbano; Infraestruturas; Equipamentos
Promoção do território e sustentabilidade ambiental	Valorizar o território	Flora; População; Solo; Água; Bens materiais; Paisagem;	PNPOT; PROT Alentejo; ENDS 2005-2015; PETI 3+ 2014-2020; PDM de Mora; EDEC
			PNPOT; PROT Alentejo; PNUEA 2012-2020; PENSAAR 2020; ENDS 2005-2015; PRN2000;

Economia; Emprego; Ocupação do solo; Sistema urbano; Infraestruturas	PETI3+ 2014-2020; ENAAC 2020 PANCD PDM Mora; Portugal 2020; CEP; EDEC
--	---

De acordo com o Quadro 1.6, os FCD determinados abrangem as principais questões do plano, o que assegura que a avaliação da estratégia na fase seguinte da AAE (estruturada pelos FCD) abrangerá todas as linhas de atuação estabelecidas pelo Plano.

Os FCD estruturam e determinam o alcance da AAE. O seu nível de pormenorização decorre dos **critérios de avaliação**, respetivos **objetivos ambientais e de sustentabilidade** e **indicadores** que permitam medir os resultados obtidos na implementação da estratégia, permitindo um eficaz acompanhamento do plano, na medida em que consubstanciam o referencial em relação ao qual serão avaliados os efeitos das propostas do PPVB. São assim definidos para cada um do **FCD** os respetivos **objetivos**, como se pode verificar na Figura 1.4.

Figura 1.4. Objetivos de cada FCD

População e desenvolvimento socioeconómico

- Pretende-se avaliar em que medida o PPVB contribui para o desenvolvimento socioeconómico da vila de Mora e da área envolvente, designadamente através da criação de condições para atrair residentes e investimento, proporcionando o aumento da qualidade de vida da população.

Promoção do território e sustentabilidade ambiental

- Pretende-se avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela execução do PPVB respeitará a salvaguarda e incrementará a valorização dos recursos naturais e paisagísticos, bem como os efeitos da mesma na qualidade ambiental, designadamente ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade e no ambiente sonoro. Simultaneamente, permite aferir o contributo do PPVB para a promoção da resiliência do território às alterações climáticas.

FCD1. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Para este FCD foram identificados dois **critérios**, designadamente:

1. **Fixação da população e melhoria das condições de vida** – avaliação do contributo do PPVB ao nível da introdução de medidas que permitem atrair residentes e fixar população, com impacto ao nível do aumento da população e da qualidade de vida;
2. **Dinâmica económica e emprego** – avaliação do contributo do PPVB para a potenciação do crescimento da economia local, através da criação de condições para a fixação de novas empresas no concelho, e para o aumento da competitividade territorial.

A cada critério estão associados os respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade a alcançar, bem como os indicadores de avaliação (*vd.* Quadro 1.7).

Quadro 1.7. FCD 1 – Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

Objetivos ambientais e de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
Critério 1. Fixação da população e melhoria das condições de vida	
1. Fixação de população ativa no concelho	Taxa de crescimento efetivo da população; Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários;
2. Aumento da natalidade	Taxa de natalidade;
3. Incremento da área de espaços verdes de utilização coletiva e melhorar os existentes	N.º e tipologia das intervenções em espaços verdes de utilização coletiva;
4. Promoção da acessibilidade para todos	N.º de intervenções e tipologia das ações enquadradas em projetos de acessibilidade para todos
Critério 2. Dinâmica económica	
1. Fixação de empresas ambientalmente sustentáveis e/ou ligadas à exploração e	N.º de empresas com certificação ambiental; Taxa de crescimento do número de empresas no setor primário;

promoção dos recursos e valores do território	N.º de rotas e/ou circuitos pedestres/bicicleta; pontos de observação de aves, devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados para o efeito;
2. Emprego/qualificação dos recursos humanos	Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade; Peso da população empregada por nível de qualificação académica e profissional; N.º de empresas e produtos/serviços certificados; Taxa de crescimento do emprego nos setores mais qualificados.

FCD2. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para este FCD são identificados quatro **critérios**:

1. **Conservação da natureza, biodiversidade e paisagem** – avaliação do contributo do PPVB para a conservação da natureza e da biodiversidade;
2. **Qualificação do sistema urbano** – avaliação dos efeitos do PPVB na estruturação e qualificação do sistema urbano, nomeadamente através de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos;
3. **Riscos e ruído** – avaliação do contributo do PPVB para proteger as populações dos fenómenos perigosos e assegurar a qualidade do ambiente sonoro do território concelhio;
4. **Alterações climáticas** – avaliação do contributo do PPVB para uma inversão da tendência de aumento da emissão de gases de efeito de estufa (GEE) que se constitui como um dos principais responsáveis pelas alterações climáticas.

A cada **critério** estão associados os respetivos objetivos ambientais e de sustentabilidade a alcançar, bem como os indicadores de avaliação, como anota o Quadro 1.8.

Quadro 1.8. FCD 2 – Objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

Objetivos ambientais e de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
Critério 1. Qualificação do sistema urbano	
1. Qualificar o espaço urbano público	N.º de intervenções de qualificação do espaço urbano público
2. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva
3. Promover os modos de mobilidade suave	N.º de eventos realizados em equipamentos culturais, por tipologia
4. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares	Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados; N.º médio de passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira
5. Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i> , com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados)	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos
Critério 2. Conservação da natureza, biodiversidade e paisagem	
1. Promover a conservação e divulgação dos valores naturais e paisagísticos	N.º de medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (e.g. fauna, flora, recuperação de habitats e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, etc.); N.º de percursos/rotas criadas para a promoção dos recursos naturais e paisagem; Ações de divulgação (por tipo) do património natural e paisagístico
Critério 3. Riscos e ruído	
1. Proteger as populações dos fenómenos perigosos	N.º de medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos;
2. Diminuir a exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais	Percentagem de população a viver em zonas de conflito
Critério 3. Alterações climáticas	
1. Sensibilizar para as alterações climáticas	N.º de medidas de adaptação às alterações climáticas

1.10. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

Tal como estabelece o n.º 3 do artigo 5.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, “a entidade responsável pela elaboração do plano ou programa solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa”, as quais dispõem de 20 dias para apresentarem as suas observações. Neste contexto, são de seguida listadas as entidades às quais a AAE será colocada para apreciação:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - ARH do Tejo e Oeste;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR);
- Assembleia Municipal de Mora (AM Mora);
- Junta de Freguesia de Mora.

1.11. PROPOSTA DE ESTRUTURA DO RELATÓRIO AMBIENTAL

O Relatório Ambiental (RA) constitui o documento de síntese de todo o processo de AA e acompanhará as peças escritas e desenhadas associadas ao PPVB para efeitos de consulta por parte das entidades competentes e de consulta pública. Considerando o disposto no artigo 6.º do DL 232/2007, de 15 de junho, propõe-se que o RA apresente a seguinte estrutura:

1. Introdução

2. Objetivos e metodologia do RA

3. Objeto de avaliação

4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

4.1. Enquadramento

4.2. Questões Estratégicas do PPVB

4.3. Quadro de Referência Estratégico (QRE)

4.4. Questões Ambientais e de Sustentabilidade

4.5. Fatores Críticos para a Decisão

5. Avaliação Ambiental Estratégica por Fator Crítico

5.1. Enquadramento

5.2. Análise de tendências por FCD, por critério de avaliação

5.2.1. FCD1. População e desenvolvimento socioeconómico

5.2.2. FCD2. Sustentabilidade ambiental e promoção do território

5.3. Síntese da AAE por FCD

6. Diretrizes para o Seguimento

6.1. Diretrizes de planeamento e gestão

6.1.1. FCD1. População e desenvolvimento socioeconómico

6.1.2. FCD2. Sustentabilidade ambiental e promoção do território

6.2. Diretrizes de monitorização

6.3. Diretrizes de governança

6.3.1. Entidades intervenientes

6.3.2. Orientações gerais

7. Considerações finais

8. Bibliografia de referência

1.12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento define o âmbito e o alcance da informação a incluir no RA da AAE do PPVB, encerrando a primeira fase deste processo. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos do PPVB.

Nele se encontram estabelecidas as **Questões Estratégicas**, o **Quadro de Referência Estratégico** e os **Fatores Ambientais e de Sustentabilidade** que estiveram na base da definição dos **Fatores Críticos para a Decisão** e dos respetivos **objetivos ambientais e de sustentabilidade** e dos **indicadores** que sustentarão a fase seguinte, a de análise e avaliação dos efeitos significativos do ambiente, cujo intuito é o de informar a decisão acerca das oportunidades e riscos associados às diferentes opções estratégicas estudadas.

Ao longo do RFCD foram determinados dois FCD que se consideram relevantes para a decisão e para a concretização da missão e visão estabelecidas para o PPVB, nomeadamente “População e desenvolvimento socioeconómico” e “Promoção do território e sustentabilidade ambiental”, contribuindo para o incremento da qualidade de vida e da coesão social do concelho de Mora.

1.13. BIBLIOGRAFIA

APA (2012). Programa Nacional para o uso eficiente da água. Ministério da agricultura, do mar, do ambiente e do ordenamento do território;

COMISSÃO EUROPEIA (1999), *EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo;

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO (2014), *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2014-2020*;

DGOTDU e APA (2008). *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documentos de Orientação 01/2008*, Lisboa;

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENDS 2005-2015;

Ministério da Economia (2014), *Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+)*, Lisboa, pp. 122.

PARTIDÁRIO, M.R. (2012). *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*, Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais, Lisboa;

PARTIDÁRIO, M. R. (2007). *Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas*, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora;

PENSAAR 2020 – *Uma estratégia ao serviço da população: serviços de qualidade a um preço sustentável*, Volumes 1, 2 e 3, maio 2014

PORTUGAL 2020 - “Acordo de Parceria 2014-2020”, julho de 2014

Legislação

Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro, alterado pelos Avisos n.º 6749/2010, de 1 de abril, 786/2010, de 21 de abril, 25696-A/2010, de 9 de setembro, 256/2011, de 1 de fevereiro, 213/2018, de 29 de março e 5081/2012, de 3 de abril – Plano Diretor Municipal de Mora

Comissão Europeia (1999), Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro – Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de outubro de 2000;

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro - estabelece o enquadramento para a gestão das águas e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 (Diretiva-Quadro da Água), que estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, definindo os seus objetivos, princípios e preceitos normativos, entre os quais se destacam os planos de gestão de região hidrográfica e os programas de medidas;

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro - Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020;

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro - Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA);

Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio - Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental;

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho - Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica;

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro - Convenção Europeia da Paisagem;

Decreto do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de fevereiro - Ratifica a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente;

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril - Aprova o Plano Nacional da Água;

Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio - Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental;

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo **Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro** - transpõe para o ordenamento jurídico português da diretiva aves e da diretiva *habitats*;

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto - redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais;

Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril - aprova a estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no horizonte temporal de 2014-2020;

Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho – define os planos e programas, suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental;

Estratégia Europa 2020 (COM(2010) 2020 final) – Europa 2020;

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro – Aprova a primeira revisão do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro;

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;

Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020);

Resolução da Assembleia da República n.º 11 /2003, de 25 de fevereiro – Aprova, para ratificação, a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, assinada em Aarhus, na Dinamarca, em 25 de junho de 1998;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio – aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015 – aprova o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – PETI3+, para o horizonte 2014-2020;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho – aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações

Climáticas (ENAAC 2020) e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas (CIAAC);

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho - aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro - aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), decorrente da primeira revisão e atualização do PANCD aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro - determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono para cada Ministério, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC) (abrange assuntos florestais).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto , alterada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro - aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto – aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 – 2015;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respetivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS);

Resolução de Conselhos de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho - estabelece as linhas orientadoras finais para o PNUEA e são definidas as metas a alcançar por setor;

Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, revista e atualizada pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro** - Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização.

ANEXOS

Âmbito e objetivos do QRE

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Aprovado através da Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, de acordo com o definido no preâmbulo da Lei apresentada, estabelece as opções estratégicas para a organização do território nacional e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia. Em simultâneo representa um programa de ação para o horizonte 2030 que visa responder às opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e concretizar o modelo territorial.

Para o efeito, o PNPOT é organizado em cinco pontos fundamentais, como se pode ler (Programa de ação, PNPOT):

1. compromissos para o território;
2. domínios e medidas;
3. operacionalização do modelo territorial;
4. diretrizes para os instrumentos de gestão territorial;
5. modelo de governação.

Do ponto de vista operativo, o PNPOT assume uma agenda com dez compromissos para o território, em coerência com as grandes linhas de orientação estratégica internacional, no quadro da Agenda 2030, e dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável e do Acordo de Paris, nomeadamente:

1. robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;
2. atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;
3. adaptar os territórios e gerar resiliência;
4. descarbonizar acelerando a transição energética e material;
5. remunerar os serviços prestados pelo capital natural;
6. alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação;
7. incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;
8. integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade;
9. garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;
10. reforçar a eficiência territorial nos IGT;

De entre os compromissos assumidos, destacam-se o oito (8), o nove (9) e o dez (10), especificamente direccionados para os IGT, dividindo-se em diretrizes de coordenação e articulação e diretrizes de conteúdo:

Diretrizes de coordenação e articulação:

- a. os PU e PP desenvolvem os PDM e nesse seguimento devem igualmente considerar os quadros de referência nacionais e regionais;
- b. o PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de PU e **PP** e de Unidades de Execução (UE), em função da respetiva adequabilidade e para os diversos tipos de espaço urbano, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística;
- c. afirma ainda necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

Diretrizes de conteúdo:

- a. a qualidade do desenho urbano e da urbanização são dimensões fundamentais do funcionamento das áreas urbanas e do seu relacionamento com as áreas rurais, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, para a atratividade territorial e para a qualidade de vida dos habitantes. Para alcançar níveis superiores de qualidade nestas dimensões, o PNPOT aponta a necessidade de reforçar a dinâmica de elaboração dos Planos de Urbanização e de **Pormenor** e/ou Unidades de Execução, à escala territorial adequada e em função das necessidades e objetivos das intervenções;
- b. em função das realidades territoriais, a abordagem de planeamento e gestão deve considerar as áreas de urbanização concentrada, centrais e periféricas, as áreas de urbanização descontínua e fragmentada e áreas de edificação dispersa a estruturar, independentemente da sua génese legal ou ilegal, encontrando instrumentos às escalas mais adequados para a definição de soluções de desenho urbano, urbanização e funcionalidade;
- c. considerando o contributo dos espaços urbanos para os compromissos de descarbonização e eficiência da utilização de recursos e para os objetivos de qualidade de vida, o PNPOT afirma como cruciais no âmbito do desenho urbano e da urbanização, a promoção de modelos de proximidade funcional e de mobilidade sustentável e de desincentivo da artificialização do solo, através da reabilitação e regeneração e da reutilização do construído e da adoção de soluções com base natural e criação de espaços verdes;
- d. considerando a importância das sinergias dos espaços urbanos e rurais, nas suas diversas funções e atividades para as abordagens da sustentabilidade, nomeadamente a economia circular, mobilidade sustentável e de desincentivo da artificialização do solo, através da reabilitação e regeneração e da reutilização do construído e da adoção de soluções de base natural e criação de espaços verdes.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)

O PPVB é incontornavelmente balizado pelo PROTA que, aprovado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto¹, define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas especiais de ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

Neste âmbito, segundo o PROTA, a “região” do Alentejo “afirma-se como **território sustentável** e de forte **identidade regional**, sustentada por um **sistema urbano policêntrico**, garantindo adequados níveis de **coesão territorial** e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu **posicionamento geoestratégico**. Enquanto espaço de baixa densidade aposta em nichos de oportunidade ligados a atividades emergentes potenciadores dos seus ativos naturais e patrimoniais. A sustentabilidade territorial assenta na **valorização dos recursos endógenos**, designadamente, dos valores naturais e paisagísticos e no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capazes de gerar novas oportunidades e responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais”.

A concretização da ambição da “região” significa prosseguir **quatro grandes objetivos estratégicos**², a saber:

¹ Alterada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

² Definidos em torno da consolidação dos conceitos fundamentais do desenvolvimento - competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental que devem ser entendidos como um todo interdependente.

1. qualificar e diversificar o *cluster* turismo/lazer;
2. robustecer e qualificar a economia, promover atividades intensivas em conhecimento;
3. promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
4. consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

Neste sentido, o PROTA define **quatro eixos estratégicos**:

1. integração territorial e abertura ao exterior;
2. conservação e valorização do ambiente e do património natural;
3. diversificação e qualificação da base económica regional;
4. afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

O PPVB segue os princípios definidos em sede do PROT, alinhando-se com os objetivos e com os eixos estabelecidos para o Alentejo, nomeadamente:

1. promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo;
2. consolidação de um sistema ambiental sustentável e durável;
3. integração territorial;
4. conservação e valorização do ambiente;
5. afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

Plano Nacional da Água (PNA)

O DL n.º 76/2016, de 9 de novembro, estabelece o enquadramento para a gestão das águas e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 (Diretiva-Quadro da Água), que estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, definindo os seus objetivos, princípios e preceitos normativos, entre os quais se destacam os planos de gestão de região hidrográfica e os programas de medidas.

O PNA pretende, deste modo, ser um plano abrangente, mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

Estabelece os seguintes objetivos fundamentais:

1. proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
2. promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
3. a mitigação dos efeitos das inundações e das secas.

Como objetivos estratégicos para os recursos hídricos e ecossistemas associados, estabelece os seguintes:

1. garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;
2. assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;
3. aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;
4. proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;

5. promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.

O PNA revela-se, desta forma, como um instrumento de carácter nacional e de natureza estratégica, sendo que a definição da política de recursos hídricos não pode deixar de assegurar a gestão deste recurso no litoral e de assegurar a sua integração com as demais políticas setoriais relevantes, como as políticas energética, de transportes, agrícola e florestal, das pescas, da conservação da natureza, regional e turística.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) teve a sua génese em 2000/2001. Até 2005 foi desenvolvido um conjunto de documentação de apoio técnico à implementação do PNUEA, que culminou na publicação da Resolução de Conselhos de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho, onde são estabelecidas as linhas orientadoras finais para o PNUEA e são definidas as metas a alcançar por setor, num prazo de 10 anos. Nesse normativo, define-se a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), através do Despacho Conjunto nº 405/2006, cuja missão é a de operacionalizar o PNUEA.

Em 2012 é publicado o PNUEA referente ao período 2012-2020. Embora não tenha sido publicada, até à data, em Diário da República, legislação que aprove este documento, é tido em consideração pela sua atualidade e importância temática.

Tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as

necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país.

Adicionalmente, como benefícios indiretos, pretende alcançar a redução dos volumes de águas residuais rejeitados para os meios hídricos e a redução dos consumos de energia, aspetos fortemente dependentes dos usos da água. Por outro lado, as ineficiências no transporte, condução e utilização da água podem atingir montantes financeiros muito significativos na estrutura de custos da água e na necessidade de antecipação de investimentos para dar resposta à sua procura.

O principal objetivo do PNUEA está assim ligado à melhoria da eficiência de utilização da água e associado à consolidação de uma nova cultura de água em Portugal, através da qual este recurso seja crescentemente valorizado, não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico, mas também para a preservação do meio natural numa ótica de desenvolvimento sustentável e respeito pelas gerações futuras.

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR) 2020

O PENSAAR 2020, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril, corresponde a uma nova estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no horizonte temporal de 2014-2020, tendo resultado:

1. do balanço do PEAASAR II e diagnóstico da situação atual (Situação de Referência);
2. do estabelecimento de uma visão, objetivos, indicadores, metas e cenários (Quadro Estratégico);

3. da definição de medidas, ações, investimentos e recursos financeiros, humanos e legais (Plano de Ação);
4. da elaboração de um Plano de Gestão, que inclui a gestão, monitorização, atualização do plano e avaliação do seu desempenho.

O PENSAAR 2014-2020 estabelece como visão: “um setor ao serviço da população e da economia do País que presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais”.

A visão é sustentada por cinco objetivos estratégicos:

1. proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água;
2. melhoria da qualidade dos serviços prestados;
3. otimização e gestão eficiente dos recursos;
4. sustentabilidade económico-financeira e social;
5. condições básicas transversais.

Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)

Aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) assume como estratégia para os resíduos, garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integrá-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactos da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

Assume os seguintes principais **objetivos**:

- prevenção da produção e perigosidade dos RU;
- aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;
- redução da deposição de RU em aterro;
- valorização económica e escoamento dos recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;
- reforço dos instrumentos económico-financeiros;
- incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor;
- reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;
- aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015

A ENDS e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto, assume como desígnio: "retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social." O diploma de aprovação inclui também o respetivo Plano de Implementação e os indicadores de monitorização.

Assumiu como **objetivos** principais:

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento", através de:
 - a. acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação;

- b. melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.
2. crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. melhor ambiente e valorização do património;
4. mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)

Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho, visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país.

O PNAAS adotou como estratégia a proteção da saúde a educação para a saúde e a prevenção da doença, alicerçada no conhecimento e na inovação quanto à interligação ambiente e saúde.

Constituem objetivos do PNAAS:

1. intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
2. sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;
3. promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
4. construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações ambiente e saúde.

O PNAAS encontra-se plasmado em cinco vetores de intervenção, nomeadamente: integração de informação e investigação aplicada; prevenção, controlo e redução de riscos; informação, sensibilização, formação e educação; concertação de políticas e comunicação do risco; e articulação com as iniciativas internacionais de ambiente e saúde, os quais se desdobram em 36 ações programáticas consubstanciadas em fichas de projeto, desenvolvidas nos seguintes domínios prioritários de intervenção: água; ar; solo e sedimentos; químicos; alimentos; ruído; espaços construídos; radiações; fenómenos meteorológicos.

A implementação das ações do PNAAS permitirá concretizar uma abordagem nacional, integrada e global em matéria de ambiente e saúde, que conduzirá a uma melhor compreensão das relações entre determinados fatores ambientais e os efeitos adversos na saúde, visando ganhos em termos de eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos, para além de garantir uma resposta atempada aos compromissos comunitários e internacionais assumidos por Portugal neste contexto, designadamente os acordados em 2010 no âmbito da 5.ª Conferência Ministerial de Ambiente e Saúde, da Organização Mundial da Saúde.

Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto, visa proceder à revisão do plano rodoviário nacional então em vigor (PRN85), tendo em consideração a experiência obtida com a sua implementação e os desenvolvimentos socioeconómicos verificados após a adesão de Portugal à União Europeia.

Visa alcançar os seguintes **objetivos**:

1. potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
2. o desenvolvimento de potencialidades regionais;
3. a redução do custo global dos transportes rodoviários;
4. o aumento da segurança da circulação;
5. a satisfação do tráfego internacional;
6. a adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objetivos do PRN 85.

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020

O PETI3+, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto, surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década, associados ao início do novo programa de financiamento comunitário.

Estabelece como objetivos estratégicos para o período 2014-2020 os seguintes:

1. contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;
2. assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
3. promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

As prioridades de intervenção para os projetos de investimento a concretizar no horizonte 2014-2020 são:

1. promoção da competitividade e eficiência da economia e do sistema de transportes;

2. fomento da intermodalidade entre modos e redes de transportes;
3. enquadramento na política de transportes;
4. sustentabilidade financeira e disponibilidade de fontes de financiamento;
5. nível de maturidade;
6. coesão social e territorial.

Os eixos de desenvolvimento prioritários para o horizonte 2014-2020, coincidentes com os corredores principais do PNPOT e da RTE-T, nos quais se integram os projetos de investimento a concretizar, são:

1. Corredor da fachada atlântica;
2. Corredor internacional norte;
3. Corredor internacional sul;
4. Corredor do Algarve;
5. Corredor do interior;
6. Transportes público de passageiros.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030

O PNAC, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, é um dos elementos que constituem o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC) que assumiu como visão o desenvolvimento de uma economia competitiva e de baixo carbono, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal num contexto de crescimento verde.

O PNAC assume um carácter de compilação de outros instrumentos existentes (um «plano de planos») e constitui um quadro de referência dinâmico para a identificação e definição de

políticas e medidas setoriais, assente na avaliação *ex-ante* e *ex-post* das mesmas, na vertente de baixo carbono.

Constituem **objetivos** do PNAC:

1. promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde;
2. assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus;
3. promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (*mainstreaming*).

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)

A ENAAC 2020, enquadrada no Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPIc), e igualmente aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, assume como visão “Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas”. A ENAAC 2020 define um modelo de organização onde é claramente promovida a articulação entre os diversos setores e partes interessadas tendo em vista a prossecução de prioridades de determinadas áreas temáticas e dos três **objetivos da estratégia**:

1. melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;
2. implementar medidas de adaptação;
3. promover a integração da adaptação em políticas setoriais.

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)

Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, o PANCD, foi revisto e atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro, e constitui um instrumento de planeamento estratégico integrador de outros programas e estratégias aplicáveis e cujas orientações adota no seu formato mais atualizado.

Assume como **visão** a criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/degradação das terras e para mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas no território nacional, parceria que deverá também ser estendida às regiões e países com quem temos relações privilegiadas e condições comuns, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.

Estabelece como principais **objetivos**:

1. promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;
2. promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;
3. gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;
4. promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD.

Plano Diretor Municipal de Mora

O PDM de Mora foi publicado através do Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro. Trata-se de um plano territorial de segunda geração¹ que, ao momento, conta com mais de 10 anos de vigência, i.e. um longo período de execução e amadurecimento, marcado por diversos processos de dinâmica, nomeadamente:

1. **correção material e retificação** (Aviso n.º 6749/2010, de 1 de abril /Diário da República, 2.ª série, n.º 64);
2. **retificação** (Aviso n.º 786/2010, de 21 de abril /Diário da República, 2.ª série, n.º 77);
3. **alteração por adaptação ao PROTA** (Aviso n.º 25696-A/2010, de 9 de setembro /Diário da República, 2.ª série, n.º 237);
4. **retificação** (Aviso n.º 256/2011, de 1 de fevereiro /Diário da República, 2.ª série, n.º 67);
5. **retificação** (Aviso n.º 213/2018, de 29 de março /Diário da República, 2.ª série, n.º 64);
6. **correção material** (Aviso n.º 5081/2012, de 3 de abril /Diário da República, 2.ª série, n.º 67);
7. **revisão** (Edital n.º 213/2018, de 22 de fevereiro /Diário da República, 2.ª série, n.º 38).

Atentando à Planta de Ordenamento, é possível constatar que o PPVB localiza-se em solo urbano, nas categorias de **"espaços verdes de proteção e enquadramento"**² (junto ao limite norte e noroeste do prédio) e **"espaços urbanizáveis de média densidade"**³ (a área restante).

¹ A primeira geração de PDM foi elaborada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, sendo que o PDM eficaz foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações então introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/207, de 19 de setembro.

² Os **"espaços verdes de proteção e enquadramento"**, são constituídos por espaços com valor paisagístico, ambiental ou cultural existentes nos perímetros urbanos ou que servem como faixas de proteção a vias ou zonas industriais (regulamento do PDM, secção VIII).

³ Os **"espaços urbanizáveis de média densidade"**, são constituídos por espaços contíguos aos espaços urbanos consolidados ou de preenchimento existentes, proporcionando, para além do espaço para a expansão dos aglomerados urbanos, a estruturação do perímetro urbano. Estes espaços, quando não possuem infraestruturas (como é o caso da área do PPVB), têm possibilidade de fácil ligação e destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, comércio, turismo e equipamentos, desde que, pelas suas características, sejam legalmente compatíveis com a função habitacional (*cf.* artigo 30.º da Secção IV do Regulamento).

Pode-se ainda verificar aí que o local se integra numa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), em concreto, em “**áreas a sujeitar a plano de pormenor**”.

O **regime de edificabilidade** determina que estes espaços sejam sujeitos a Plano de Pormenor ou a operações de loteamento¹ com os condicionamentos seguintes (n.º 1 do artigo 31.º):

- a) índice de ocupação máximo de 0,6 nos lotes para uso habitacional;
- b) lote mínimo de 200 m² para uso habitacional;
- c) altura máxima das construções de 6,5 m, não podendo exceder 2 pisos, com exceção de instalações técnicas especiais, silos ou depósitos de água;
- d) a profundidade máxima das construções para uso habitacional é de 15 m;
- e) a frente mínima de lote é de 10 m para uso habitacional.

Por fim, o n.º 2 do artigo 31.º determina que nos espaços urbanizáveis de média densidade é interdita a instalação de qualquer tipo de indústria transformadora e de armazéns.

No que respeita às **condicionantes ao uso do solo**, o local aparenta ser atravessado por uma conduta elevatória e existe como referência um corredor para uma conduta prevista (sistema de abastecimento de água)².

Neste âmbito, conclui-se que **não se impõem atualmente servidões administrativas e restrições de utilidade pública que se constituam como “condicionantes” ao regime de uso admitido**, na área do PPVB.

¹ Não aplicáveis ao caso, uma vez que o local está integrado numa UOPG e, por conseguinte, nos termos da carta de ordenamento do PDM, em áreas sujeitas a PP.

² De anotar que o Município não tem qualquer interesse em instalar no local qualquer conduta elevatória e que no local não ocorrem quaisquer redes. A escala do PDM pode justificar este desfasamento entre a realidade e a situação existente (vd. a propósito o capítulo 5.2 do Relatório de caracterização).

Portugal 2020

Trata-se do ACORDO DE PARCERIA adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

Visa estimular o crescimento e a criação de emprego e tem como objetivos principais constituir:

1. estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis;
2. incremento das exportações;
3. transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
4. cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
5. redução dos níveis de abandono escolar precoce;
6. integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
7. promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
8. reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
9. racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

Convenção Europeia da Paisagem

A Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença a 20 de outubro de 2000, foi aprovada pelo Governo português através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, e resultou da constatação por parte dos Estados-Membros signatários de que:

1. o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades económicas e o ambiente é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável;
2. a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.

Esta convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excecionais como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradadas. Tem como **objetivos** promover a **proteção**, a **gestão** e o **ordenamento da paisagem** e organizar a **cooperação europeia** neste domínio.

Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

Aprovado no Conselho informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, em Potsdam (Alemanha), em maio de 1999, o EDEC constitui um quadro de orientação política a aplicar, no domínio das respetivas competências específicas, pelos Estados-Membros, pelas suas regiões e coletividades locais e pela Comissão Europeia, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE.

São definidos os **três objetivos fundamentais da política europeia**, a realizar de forma equitativa em todas as regiões da UE:

1. coesão económica e social;
2. conservação e gestão dos recursos naturais e do património cultural;
3. competitividade mais equilibrada do território europeu.

As políticas de desenvolvimento territorial contribuem para o desenvolvimento sustentável da UE através da promoção de uma estrutura territorial e urbana equilibrada, sustentada nos seguintes **princípios**:

1. desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado e de uma nova relação cidade-campo;
2. garantia de uma igualdade de acesso às infraestruturas e ao conhecimento;
3. desenvolvimento sustentável, gestão "inteligente" e preservação da natureza e património cultural.

Europa 2020

A crise anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. Entretanto, o mundo está a evoluir rapidamente e os desafios de longo prazo - globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população - tornam-se mais prementes.

Para contornar esta situação foi definida uma estratégia para ajudar a sair mais fortes da crise e transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. A Europa 2020 representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI.

A estratégia Europa 2020 estabelece **três prioridades** que se reforçam mutuamente:

1. crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
2. crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
3. crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial.

Atendendo ao horizonte 2020 a UE, através da Comissão, propõe os seguintes grandes **objetivos**:

1. 75% da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada;
2. 3% do PIB da UE deve ser investido em I&D;
3. os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30% do objetivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem);
4. a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior;
5. 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Estes objetivos estão interligados e são determinantes para o êxito global. Para assegurar que cada Estado-Membro adapta a estratégia Europa 2020 à sua situação específica, a Comissão propõe que os objetivos da UE sejam traduzidos em objetivos e trajetórias nacionais.

Estes objetivos são representativos das **três prioridades** constituídas pelo **crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**, mas não são exaustivos na medida em que a sua prossecução implica um vasto leque de ações a nível nacional, da UE e internacional.

Convenção de Aarhus

A Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Convenção de *Aarhus*) foi adotada em 25 de Junho de 1998, na cidade dinamarquesa de *Aarhus*, durante a 4ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa".

Entrou em vigor em 30 de outubro de 2001, concluído o processo de ratificação por 16 países membros da CEE/ONU e pela União Europeia, conforme previsto no art.º 20º. Em Portugal foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 11 /2003, de 25 de fevereiro.

É objetivo desta Convenção garantir os direitos dos cidadãos no que respeita a:

1. acesso à informação;
2. participação do público em processos de decisão e;
3. acesso à justiça,

em matéria de ambiente, sendo estes três aspetos os seus três pilares fundamentais.

É uma Convenção inovadora, uma vez que estabelece relações entre os direitos ambientais e os direitos humanos, assumindo que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido com o envolvimento de todos os cidadãos e dando relevo às interações que se devem estabelecer entre o público e as autoridades, aos mais diversos níveis, num contexto democrático.

Deste modo, a Convenção não constitui apenas um acordo internacional em matéria de ambiente, mas tem em conta também os princípios de responsabilização, transparência e credibilidade que se aplicam aos indivíduos e às instituições.

Na 5ª reunião das Partes da Convenção, decorrida na Holanda em junho e julho de 2014, foi adotada a Declaração de Maastricht, que reafirma a transparência como motriz da democracia ambiental.

Portugal tem acompanhado estes trabalhos nos seus diversos fóruns e procurado implementar, aos diferentes níveis, as decisões aí tomadas para que possa ser exercida uma cidadania ativa e responsável através de um conjunto de meios de intervenção que manifestam, também, práticas de boa governação onde os princípios da transparência e da subsidiariedade são garantidos.



2. RELATÓRIO AMBIENTAL

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA E ESTRUTURA DO RA

O RJIGT¹ determina, no n.º 2 do artigo 107.º, que um Plano de Pormenor deverá ser acompanhado, entre outros elementos, pelo “Relatório Ambiental (RA), sempre que seja necessário proceder à avaliação ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos” (alínea b).

Em articulação com o RJIGT, o Regime Jurídico da AAE (RJAAE)² define que a entidade responsável pela elaboração do plano ou programa deve determinar o âmbito da avaliação ambiental e a pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA), preparar o RA, consultar as entidades públicas com responsabilidade ambiental específica no âmbito da AA no que se refere ao âmbito da AA e à pormenorização da informação a incluir no RA, consultar as entidades públicas com responsabilidade ambiental específica e o público interessado, bem como outros países potencialmente afetados, sobre o RA, divulgar informação relativa à decisão, através da Declaração Ambiental (DA), proceder à monitorização dos efeitos ambientais resultantes da aplicação e execução do plano ou programa e verificar a qualidade do RA (artigo 5.º ao 10.º).

O RJAAE estabelece que a elaboração de um Relatório Ambiental (RA) “inclui as informações que sejam razoavelmente consideradas como necessárias para a realização da avaliação ambiental, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo

¹ Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

² DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio.

e o nível de pormenor do plano ou programa (...)” (n.º 2 do artigo 6.º), e que é enquadrado pelo **Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD)**, (vd. capítulo 1).

Neste contexto, o RA corresponde à **segunda fase metodológica do procedimento de AAE do PPVB**, tendo como objetivo a **análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos** das opções estratégicas e sua concretização no modelo territorial proposto, bem como a **definição das bases de um programa de seguimento** da implementação do plano.

A **análise de tendências** corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o conhecimento desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano, sendo prosseguida com base nos **critérios e indicadores** identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se, muito simplesmente, **identificar e analisar o que mudou e porquê**, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar.

A **avaliação estratégica** resulta da **análise de tendências** realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no PPVB, e discutidas no contexto da AAE, à luz das questões relevantes expressas nos FCD. Incide sobre oportunidades e riscos das orientações estratégicas do plano. A avaliação estratégica corresponde à forma como as opções estratégicas se alinham com o modelo territorial proposto.

Por fim, a **definição de diretrizes para planeamento, gestão e monitorização**, constituem as bases para um **programa de seguimento** do PPVB, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

De notar que no RA, a AAE consubstancia-se na **consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas** e do **público em geral**, cujo resultado será ponderado e integrado na versão final do RA.

Neste âmbito, o RA estrutura-se em sete capítulos:

Capítulo 2.1 – apresenta a introdução, objetivos e metodologia do RA;

Capítulo 2.2 – centra-se no objeto de avaliação;

Capítulo 2.3 – sistematiza os Fatores Críticos para a Decisão;

Capítulo 2.4 – centra-se na AAE do PPVB propriamente dita. Aqui caracteriza-se a situação atual, analisam-se as oportunidades e riscos e é efetuado um exercício prospetivo relativamente às tendências de evolução, sem a proposta de PPVB;

Capítulo 2.5 – define as diretrizes relativas ao planeamento e gestão, à monitorização e à governança;

Capítulo 2.6 – respeita às considerações finais;

Capítulo 7.7 – apresenta a bibliografia de referência.

2.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora **constitui o objeto de avaliação** do presente RA, consubstanciada em opções estratégicas, baseando-se nos seguintes elementos do plano:

1. Estudos de caracterização e diagnóstico;
2. Proposta de Plano;
3. Planta de Implantação;
4. Planta de Condicionantes.

2.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

A identificação dos FCD foi objeto do respetivo relatório¹ (capítulo 1) e resultou de uma análise integrada dos elementos de base estratégica que incluem:

1. as **Questões Estratégicas (QE)** do PPVB (*vd.* Quadro 2.1²);
2. o **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, (*vd.* Quadro 2.2);
3. as **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)** relevantes (*vd.* Quadro 2.3).

Quadro 2.1 Relação entre as QE e respetivos objetivos estratégicos do PPVB e os FCD

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	Questões e objetivos estratégicos (QE)	
	FCD1. População e desenvolvimento socioeconómico	FCD2. Promoção do território e sustentabilidade ambiental
QE1. Atrair e fixar população jovem OE1.1. Aumentar a oferta de habitação acessível na vila de Mora nas tipologias mais procuradas OE1.2. Dinamizar a economia local; OE1.3. Privilegiar soluções para o espaço público que promovam a mobilidade e a acessibilidade para todos e, por conseguinte, a redução das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, seguindo os princípios do <i>design for all</i> .	Relação forte	Relação fraca
QE2. Valorizar o território OE2.1. Detalhar o modelo de desenvolvimento e de ocupação do solo definindo, nomeadamente, as áreas edificadas e impermeabilizadas e diretrizes para as intervenções paisagísticas; OE2.2. Requalificar o espaço do ponto de vista ambiental, através da limpeza e recuperação ambiental; OE2.3. Valorizar o local do ponto de vista paisagístico; OE2.4. Proteger os valores naturais em presença; OE2.5 Utilizar espécies vegetais adaptadas às condições edafoclimáticas do local, e preferencialmente autóctones.	Relação fraca	Relação forte

Fonte: Capítulo 7.2 do relatório de caracterização do PPVB

¹ Relatório apenso à AAE.

² *Vd.* Figura 1.3.

Quadro 2.2 Matriz de coerência entre o QRE e os FCD

	FDC 1. População e desenvolvimento socioeconómico	FCD 2. Promoção do território e sustentabilidade ambiental
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	✓	✓
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	✓	✓
Plano Nacional da Água (PNA)	✓	✓
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	✓	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR) 2020	✓	✓
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)		✓
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015	✓	✓
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	✓	
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	✓	✓
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020	✓	✓
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030		
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	✓	✓
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	✓	✓
Plano Diretor Municipal de Mora	✓	✓
Portugal 2020	✓	✓
Convenção Europeia da Paisagem (CEP)		✓
Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)	✓	✓
Europa 2020		✓
Convenção de Aarhus		✓

Quadro 2.3 QAS relevantes para o PPVB por FCD

FCD	QAS relevantes para o PPVB	
FDC 1. População e desenvolvimento socioeconómico	Bens materiais Economia/competitividade Emprego/qualificação Infraestruturas	Equipamentos População Saúde humana Ocupação e uso do solo Sistema urbano
FCD 2. Promoção do território e sustentabilidade ambiental	Bens materiais Ocupação e uso do solo Sistema urbano Infraestruturas	Biodiversidade Fauna Flora Solo

	Equipamentos Património cultural EEM REN/RAN Economia/competitividade Emprego/qualificação Ruído	Água Atmosfera Fatores climáticos Paisagem Riscos (naturais, mistos e tecnológicos) População Saúde humana
--	--	--

Para cada FCD foram definidos objetivos, critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e respetivos indicadores (vd. Quadro 2.4 e Quadro 2.5). Os **critérios** especificam o âmbito considerado nos FCD e os **indicadores** definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica.

Quadro 2.4. FCD1: critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores

FCD 1. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO		
Objetivo: avaliar em que medida o PPVB contribui para atrair residentes, fixar população e para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, através da dinamização e diversificação da base económica local, assegurando a compatibilidade dos diversos usos previstos para o território, criando emprego, promovendo a qualificação da mão-de-obra e o bem-estar da população.		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
A. Fixação de população residente e melhoria da qualidade de vida Avaliação do contributo do PPVB atrair residentes, valorizar o potencial humano, reduzir a pobreza, e para o aumento dos níveis de cobertura e de eficácia dos equipamentos coletivos e serviços com impacto ao nível do incremento da qualidade de vida da população e da saúde humana.	A1. Promover a fixação de população em idade ativa no concelho. A2. Criar espaços verdes e de utilização coletiva. A3. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva. A4. Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído. A5. Promover a acessibilidade para todos.	A1. Taxa de crescimento efetivo da população. A2. Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários. A3. N.º espaços verdes e de utilização coletiva criados. A4. N.º de intervenções nos espaços públicos, equipamentos e infraestruturas locais. A5. N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos. A6. N.º de intervenções e tipologia de ações no âmbito da acessibilidade para todos.
B. Dinâmica económica Avaliação do contributo do PPVB para a introdução de medidas que permitam recuperar, dinamizar e diversificar o tecido económico local, promover a competitividade	B1. Reforçar a base económica local. B2. Fixar empresas ambientalmente sustentáveis.	B1. VAB do concelho. B2. N.º empresas criadas por CAE. B3. N.º empresas com certificação ambiental. B4. N.º empresas ligadas ao turismo de natureza.

local e a criação de novas oportunidades de investimento e negócio em atividades apoiadas nas características e especificidades locais, assegurando a compatibilidade dos diversos usos previstos para o território.	B3. Fixar empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território. B4. Apostar em projetos diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais que acrescentem valor ao território e alarguem a base económica local.	B5. N.º de rotas e/ou circuitos pedestres/bicicleta; pontos de observação de aves e locais de mergulho, devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados para o efeito. B6. N.º de projetos âncora diferenciadores.
C. Emprego/Qualificação dos recursos humanos e serviços Avaliação do contributo do PPVB para a promoção da criação de emprego e a qualificação escolar e profissional dos recursos humanos e dos serviços.	C1. Promover a criação de emprego qualificado. C2. Certificação de práticas e produtos.	C1. Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade. C2. Peso da população empregada por nível de qualificação académica e profissional. C3. N.º de empresas e produtos/serviços certificados.

Quadro 2.5. FCD2: critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores

FCD 2. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
Objetivo: avaliar em que medida o PPVB contribui para promover a coesão e equilíbrio do sistema territorial, as acessibilidades e mobilidade para todos, minimização dos riscos naturais e tecnológicos e para a promoção da resiliência do território às alterações climáticas.		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
A. Equilíbrio do sistema territorial Avaliação do contributo PPVB na consolidação da rede urbana concelhia, da contenção da edificação dispersa de baixa densidade e da ocupação dos espaços urbanos intersticiais.	A1. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. A2. Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer.	A1. Taxa de crescimento da classe "urbano" no uso do solo. A2. Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos. A3. N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos.
B. Qualificação do sistema urbano e promoção do território Avaliação do contributo do PPVB na introdução de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos.	B1. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência. B2. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes. B3. Promover os modos de mobilidade suave. B4. Promover a acessibilidade para todos, na lógica do <i>design for all</i> , nos espaços públicos e privados	B1. Taxas de cobertura das infraestruturas básicas. B2. N.º de intervenções realizadas para a eficiência das redes. B3. N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados. B4. Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva. B5. Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados.

	B5. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos.	B6. N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos. B7. N.º de ações desenvolvidas de marketing territorial.
C. Ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas Avaliação do contributo do PPVB na diminuição da exposição da população ao ruído e no aumento da resiliência aos riscos e alterações climáticas.	C1. Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído. C2. Sensibilização para os fenómenos perigosos C3. Sensibilização para as alterações climáticas	C1. N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos. C2. N.º de medidas desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos. C3. N.º de campanhas de sensibilização para as alterações climáticas.

2.4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA POR FCD

2.4.1. ENQUADRAMENTO

A AAE dos objetivos estratégicos do PPVB contempla os aspetos mais importantes, por FCD, atendendo aos critérios e indicadores estabelecidos no Relatório dos FCD. Esta abordagem responde à alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação. Aqui encontra-se estabelecido, no que concerne às exigências legais dos conteúdos de um RA, que se deve ter em conta “as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa”. Assim, estrutura-se em **três** aspetos principais:

1. situação atual - onde se **identificam os aspetos conclusivos dos estudos de caracterização e diagnóstico** do PPVB para os FCD selecionados e respetivos critérios. Esta análise da situação atual culmina com a apresentação de uma **síntese dos pontos fortes, fracos** e das

oportunidades e ameaças identificadas para os FCD considerados, que constitui o objetivo essencial da avaliação da situação atual (**análise SWOT**);

2. oportunidades e riscos – onde se identifica e avalia, para cada FCD considerado, os efeitos ambientais mais significativos decorrentes da implementação do PPVB;

3. tendências de evolução sem a proposta de revisão do Plano - onde se identifica, e para os fatores críticos selecionados, a evolução provável do ambiente, na ausência da implementação do PPVB.

Neste âmbito, a AAE permite um correto entendimento da situação atual e provável evolução futura, facilitando a avaliação dos efeitos significativos no ambiente, não obstante o grau de subjetividade e incerteza inerentes.

2.4.2. FCD1. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÓMICO

A análise do **fator crítico “população e desenvolvimento socioeconómico”** pretende avaliar em que medida o PPVB contribui para a fixação de população, desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através da dinamização e diversificação da base económica local, criando emprego e promovendo a qualificação da mão-de-obra, e incide sobre os seguintes domínios: **fixação de população residente e melhoria da qualidade de vida, dinâmica económica e emprego/qualificação dos recursos humanos e dos serviços**, que serão desenvolvidos de seguida.

1. SITUAÇÃO ATUAL

Fixação de população residente e melhoria da qualidade de vida

O concelho de Mora contava, à data dos Censos de **2011, 4.978 habitantes** e ocupava a penúltima posição (13.^a) em termos de população residente no conjunto dos 14 concelhos que integram a NUT III Alentejo Central. Devido à sua dimensão territorial (cerca de 440 km²)¹, este concelho apresenta uma densidade populacional que o coloca na décima posição (11,2 hab/Km²), claramente inferior à densidade da NUT onde se insere (22,9 hab/Km²). Trata-se, portanto, de um **território de baixa densidade** e com um quantitativo populacional reduzido.

Do ponto de vista da **evolução da população**, o concelho de Mora apresentou nos últimos 20 anos (entre momentos censitários), **a maior perda de população do Alentejo Central**, na ordem dos **24,4 %** entre 1991 e 2011, consideravelmente superiores à média do Alentejo Central (4 %). Esta perda foi mais relevante na década 2001/2011 do que na década anterior (14 % contra 12,1 %, respetivamente). Para o período entre março de 2011 e o final de 2018, estima-se uma redução de 790 habitantes, o que corresponde à perda de quase 16 % da população apurada em 2011. Mantendo-se esta tendência, o concelho **de Mora nos próximos anos, terá ainda um quantitativo populacional mais reduzido** e, provavelmente, com menor importância no contexto regional.

O **saldo natural tem-se revelado** persistentemente negativo no período compreendido entre os anos de 2001 e 2018. Nestes anos, e somente pelo crescimento natural, a população do concelho de Mora conheceu uma diminuição média de 72 indivíduos/ano.

¹ É o oitavo concelho com maior área, apenas inferior aos concelhos de Viana do Alentejo, Redondo, Mourão, Vendas Novas, Vila Viçosa e Borba.

Quanto à **população imigrante**¹, em 2011 residiam em Mora 94 pessoas que eram provenientes de outro município (das quais 44 residiam na freguesia de Mora) e 16 provenientes do estrangeiro (dos quais cinco residiam na freguesia de Mora).

Considerando o **saldo migratório**², em 2001, era positivo no Alentejo Central, mas passou a negativo em 2011 e manteve-se negativo até 2018. No concelho de Mora, o saldo migratório já era negativo em 2001 e acentuou-se em 2011. Entre 2011 e 2018, a diferença média anual entre a população que entrou (imigrantes) e a população que saiu (emigrantes) do concelho foi de -29 (valor que corresponde a cerca de 0,6% da população residente no concelho em 2011).

O **crescimento efetivo**³, resultante da conjugação dos vetores do crescimento natural e saldo migratório é concomitantemente **negativo** no concelho de Mora, mas também ao nível da NUT III onde se localiza, embora no primeiro caso de forma consideravelmente mais acentuada.

Em termos de **distribuição da população do concelho por freguesia**, em 2011, constata-se que a freguesia de Mora concentra 50,7 % da população do concelho (2.522 habitantes). Uma análise mais fina da distribuição da população⁴ permite verificar que esta reside fundamentalmente nos aglomerados sede de freguesia, evidenciando um tipo de povoamento concentrado, bem característico da “região” em que se insere.

No que respeita à **estrutura etária da população** do concelho de Mora, a observação das pirâmides etárias de 2001 e de 2018 revela, desde logo, um ineludível **envelhecimento da população**.

¹ Migrações relativamente a 31/12/2009.

² Diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram (Pordata).

³ Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (Pordata).

⁴ Com base dos dados dos Censos 2011 do INE.

As percentagens de jovens (0-14 anos), de potencialmente ativos (15-64 anos) e de idosos (65 e mais anos) conheceram, naturalmente, evoluções distintas no período 2001/2018. Em Mora, a percentagem de jovens decresceu muito ligeiramente entre as duas datas, mas é preciso considerar que o valor em 2001 já era muito baixo.

A percentagem de população em idade ativa em Mora desceu (de 59,0 para 57,9 %), tal como no Alentejo Central (de 63,7 para 62,0 %), e a percentagem de idosos conheceu uma subida, também não muito pronunciada (de 30,0 para 31,9 %), quando na “sub-região” foi também muito ligeira (de 22,4 para 25,5 %). No fundo, não se registaram alterações substanciais.

Ao nível da freguesia de Mora, onde se localiza o PPVB, e considerando que os dados mais recentes disponíveis do INE reportam aos Censos de 2011¹, nota-se um elevado peso da população idosa (65 e mais anos), que corresponde a 29,1 % do total da freguesia, e um peso da população jovem consideravelmente mais baixo (11,4 %). Destacam-se os valores baixos da percentagem de jovens e do elevado valor de percentagens de idosos, não tendo, entre 2001 e 2011, ocorrido alterações substanciais.

Dinâmica económica

O valor para o **Indicador *per Capita* (IpC)** do **Poder de Compra Concelhio (PCC)**, em 2017, no concelho de Mora corresponde ao sétimo valor mais elevado (82,43) dos 14 concelhos do Alentejo Central. Contudo, e não obstante o IpC do PCC de Mora, em 2017 (o ano mais recente com dados disponíveis), ser inferior ao do Alentejo Central (89,62) há, todavia, uma enorme evolução a reportar. Com efeito, em 2011 o IpC de Mora correspondia a 74,17 e o do Alentejo Central a 94,4. Até 2017, ambos registaram uma taxa de variação positiva de 11,1 % e de 5,3 %, respetivamente. Conclui-se, portanto, que a evolução deste indicador entre os anos de

¹ Os valores das estimativas da população não se desagregam à freguesia.

2011 e 2017 no concelho de Mora, além de positiva, foi superior à NUT III em que se encontra, revelador de uma tendência de convergência com o Alentejo Central.

Segundo dados mais recentes do INE sobre as empresas, o **tecido empresarial** do concelho de Mora apresenta, em traços genéricos, uma fraca densidade de empresas (1,1 empresas por km²) em 2018. Esta é a penúltima menor densidade (apenas superior à de Mourão), quando todo o Alentejo Central possui, em média, 2,7 empresas por Km².

Em termos de volume de negócios por empresa, em 2018 o concelho de Mora surge com um valor (133.475€) abaixo do valor para o Alentejo Central (150.762€), inferior ao de seis concelhos do Alentejo Central (Vendas Novas, Évora, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vila Viçosa, e Estremoz). Um aspeto da conjuntura atual menos benéfica para o concelho de Mora reside na baixa taxa de sobrevivência das empresas há menos de dois anos (47,7 %), sendo este valor o segundo mais baixo de todos os concelhos do Alentejo Central (apenas à frente do concelho de Mourão).

O concelho de Mora tinha em atividade, em 2018, um total de 490 empresas, o que significa que ganhou quatro empresas em relação ao ano de 2010. Um aumento que corresponde a 0,8 %, em termos relativos.

Em 2018, o setor de atividade que detém a maior parte das 490 empresas é a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com 137 empresas (28 % do total concelhio). Destaca-se que o número dos estabelecimentos deste conjunto de atividades conheceu, em Mora, um aumento entre 2010 e 2017, de 115 para 137 (que corresponde a um crescimento de 19,1 %). O segundo conjunto de atividades com maior número de empresas é o “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, com 76 empresas (menos 29,6 %). Em terceiro lugar surgem as empresas de “atividades administrativas e dos serviços de apoio”, com 52 unidades (10,6 % do total de empresas do concelho).

O conjunto de atividades que absorve mais ativos em 2018 correspondem às “indústrias transformadoras”, com 250 indivíduos (23,8 % do total concelhio). Em segundo lugar surge a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com 236 indivíduos (22,5 % do total do concelho).

Entre 2010 e 2018, o volume de negócios (VN) das empresas de Mora conheceu um aumento de 2,9 % - 63,5 para 65,4 M€ -, inferior ao que sucedeu no Alentejo Central – cujo volume de negócios conhece um aumento significativo de 15,8 %. O aumento em Mora deve-se principalmente ao desempenho dos estabelecimentos de atividades desportivas, de diversão e recreativas (com taxa de crescimento de 179,2 %).

No concelho de Mora existe um espaço criado para a localização das atividades empresariais. No final do ano de 2017, dos 51 lotes que constituem a ZI, quase 2/63 (32 lotes, 62,7 %) encontravam-se edificadas. Dos restantes, três estão condicionados pelas servidões (rodoviárias); oito estão comprometidos com empresas para futuras instalações; e os restantes oito (15,7 % do total de lotes) encontram-se disponíveis para comercialização.

Emprego / qualificação dos recursos humanos e serviços

A **taxa de atividade** do concelho converge com a da sede (cerca de 60%) e a **população residente que trabalha no município de residência** também se encontra alinhada nestas duas escalas (varia entre os 29% e os 32%).

De acordo com os Censos de 2011, a **taxa de emprego** no concelho de Mora, era de cerca de 48,7 % a qual, e relativamente à taxa de 2001 (57,8 %), evidencia um importante decréscimo, mais acentuado que o verificado a nível regional.

Em 2011, a situação na profissão da população empregada é, claramente, marcada pela predominância dos “trabalhadores por conta de outrem”, este conjunto representa 82,9 % da população empregada (valor praticamente idêntico ao do Alentejo Central, 82,1 %).

Considerando os setores de atividade em que a população residente empregada se encontra enquadrada, verifica-se uma predominância do setor terciário (ronda os 67 % e os 74 %), seguido de longe do setor secundário (entre os 20 % e os 21 %) e, finalmente o setor primário (emprega entre 7 e 12 %). Com efeito, verifica-se que o lugar de Mora, onde se regista um maior número de pessoas empregadas no setor terciário, é também onde se regista uma percentagem mais baixa de pessoas empregadas no setor primário.

No setor terciário, considerando a divisão entre “serviços de natureza social” e “serviços relacionados com a atividade económica”, verifica-se que em Mora o terciário de natureza social (administração) supera o terciário de natureza económica (empresas classificadas no comércio e serviços). A diferença é de 54,4 contra 45,6 %, respetivamente.

Entre os meses de janeiro de 2016 e dezembro de 2019 destaca-se a clara descida, e muito significativa, do número de **desempregados inscritos** no Instituto de Emprego e Formação Profissional. Se se tomar em consideração os valores para as estações do ano no período compreendido, verificam-se efetivamente descidas muito significativas:

1. nos meses de verão (julho, agosto e setembro) de 2016, havia em Mora 131 desempregados inscritos (valor médio dos três meses); no verão de 2019 esse valor baixou para os 64 desempregados inscritos, o que significa uma descida homóloga de 51,1 % (meses de verão);
2. nos meses de inverno (janeiro, fevereiro e março) de 2016, havia em Mora 204 desempregados inscritos (valor médio dos três meses); no inverno de 2019 esse valor havia baixado para os 93, o que significa uma descida homóloga de 54,4 % (meses de inverno).

A população residente com ensino superior na vila de Mora converge com a tendência concelhia (entre 6 e 7 %). Entre 2001 e 2011, a situação da população de Mora quanto aos níveis de escolaridade atingidos sofreu notórias melhorias, sendo de destacar:

1. a significativa **diminuição da população sem nenhum nível de ensino**, de 36,8 para 25,8 % (uma redução de 9,0 %), na mesma ordem de grandeza da que ocorreu no Alentejo Central;
2. o **aumento da percentagem relativa à população com o ensino secundário completo** – de 6,3 para 9,1 % – também da ordem de grandeza da que ocorreu do Alentejo Central;
3. o **relevante aumento da percentagem respeitante à população com o ensino superior** – se 1,6 para 5,6 % – que, ainda assim, é menos expressivo do que o que ocorreu no Alentejo Central (de 3,8 para 9,8 %).

À escala das freguesias regista-se fundamentalmente a redução da expressão da população sem grau de ensino e, no extremo oposto, o significativo aumento da expressão do ensino superior (por exemplo, na freguesia de Mora – onde se insere o PPVB –, de 2,1 para 7,9 %).

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL

Complementando a caracterização anterior, no Quadro 2.6 apresenta-se uma análise SWOT para o fator crítico “**População e desenvolvimento socioeconómico**”, através de uma avaliação sintética dos pontos fortes/oportunidades, pontos fracos/ameaças, permitindo obter um diagnóstico global do estado atual do ambiente.

Quadro 2.6 *SWOT* para o Fator Crítico “população e desenvolvimento socioeconómico”

A. Fixação da população e melhoria da qualidade de vida	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none">• Incentivo à instalação de casais jovens;• Apoio à população de terceira idade;• Presença de boas infraestruturas e equipamentos.	<ul style="list-style-type: none">• Previsão de decréscimo da população residente;• Tendência de decréscimo de jovens no concelho.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none">• Estilo de vida calmo e mais económico, promovendo uma boa qualidade de vida;	<ul style="list-style-type: none">• Procura de centros urbanos de maiores dimensões por parte da população jovem;

<ul style="list-style-type: none"> Promoção de áreas verdes e de lazer; Realização de eventos culturais; Ambiente livre de poluição. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de emprego estável e permanente.
B. Dinâmica económica	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none"> Aumento do ganho médio mensal; Posição geográfica, na proximidade de Lisboa e no eixo de ligação a Espanha; Importância económica do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Presença da zona industrial e projeto de expansão da mesma; Clima favorável ao turismo; Insolação média elevada, permitindo altos níveis de sustentabilidade energética; Presença de aquíferos com disponibilidade de água; 	<ul style="list-style-type: none"> População envelhecida; Reduzida percentagem de sobrevivência de empresas com menos de dois anos; Sazonalidade dos trabalhos relacionados com a atividade agrícola; Precipitação irregular, levando a debilidades na agricultura.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Atração de investimentos estrangeiros através do mercado livre para a União Europeia e Comunidade de Países de Língua Portuguesa; Aumento do número de pessoas que procuram atividades turísticas e espaços de lazer; Portugal 2020; Valorização do património local; Aumento da utilização de energias renováveis; Promoção de um estilo de vida com elevado conforto; Aumento da produção agrícola, animal, caça e floresta, que tem procura no mercado; Existência de políticas de apoio à reabilitação urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Instabilidade económica global; Aumento das taxas de emigração em Portugal; Dificuldade em canalizar investimentos estrangeiros; Falta de incentivos fiscais e económicos para a formação de novas empresas.
C. Emprego/qualificação dos recursos humanos e serviços	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de pessoas a trabalhar na área das atividades científicas, de consultoria e similares; Diminuição da taxa de analfabetismo; Aumento de população com níveis de educação elevados; Descida da taxa de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de oferta de trabalhos que necessitem de mão-de-obra qualificada.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de mão-de-obra qualificada; Coordenação entre a oferta de trabalho e a formação da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de competitividade em relação a centros urbanos de maiores dimensões; Desequilíbrio no mercado português entre as competências que os trabalhadores oferecem e aquelas que são procuradas pelos empregadores.

2. OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O FATOR CRÍTICO

O Quadro 2.7 sintetiza o impacto dos objetivos fundamentais do PPVB em relação ao fator crítico “População e desenvolvimento socioeconómico”, demonstrando que os objetivos fundamentais PPVB potenciam várias **oportunidades** para o mesmo e que resultam da implementação de variadas intervenções previstas e transversais a diversos **domínios** e que, por esse motivo, tem **impactos distintos**.

Quadro 2.7. Identificação de Oportunidades e Riscos para o FCD População e desenvolvimento socioeconómico

Objetivos Fundamentais da Proposta do PPVB	Critérios do FCD 1		
	Fixação da população residente e melhoria das condições de vida	Dinâmica económica	Emprego/qualificação dos recursos humanos e serviços
Atrair e fixar população jovem	O	O	O
Valorizar o território	O	O	O

Legenda:

O - Oportunidade	R - Risco	SR – Sem relação
------------------	-----------	------------------

No âmbito do objetivo **atrair e fixar população jovem**, o proposto no PPVB, conducente à promoção da fixação da população jovem do concelho, bem como a criação de condições favoráveis à fixação de população jovem proveniente de outros territórios, contribui favoravelmente para a concretização dos critérios definidos para o FCD 1 – população e desenvolvimento socioeconómico.

Relativamente ao objetivo **valorização do território** relaciona-se, em grande medida, com a promoção da economia local, contribuindo para a criação de uma marca forte, capaz de potenciar o território concelhio de Mora, contribuindo assim positivamente para os critérios do FCD1.

No que concerne aos **riscos** associados aos objetivos PPVB, não se identificam situações relevantes.

3. TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO SEM O PPVB

Face à situação diagnosticada, na ausência das intervenções previstas no âmbito do PPVB, manter-se-ão os pontos fracos e as ameaças identificadas, os quais se acentuarão devido à atual conjuntura.

Salienta-se, em primeiro lugar, o desajuste atual entre a oferta e a procura de lotes para construção de habitação, na medida em que a oferta atual é insuficiente e pouco acessível para as condições socioeconómicas da população jovem local. Por fim, frisa-se o quadro demográfico da vila de Mora e do concelho, que têm sofrido perda de população e envelhecimento ao longo das últimas décadas.

Neste sentido, sem a execução do proposto no PPVB, e ao nível da população, manter-se-á o cenário de perda populacional que se tem registado nas últimas décadas. A saída de algumas famílias jovens para outros territórios onde encontrem a possibilidade de construir/adquirir a sua habitação a preços acessíveis, irão acentuar o despovoamento do concelho e o envelhecimento da população.

Um menor quantitativo de população residente levará a uma menor utilização dos equipamentos e infraestruturas existentes que, sem massa crítica, tornar-se são excedentários e de manutenção muito onerosa para a autarquia pelo que, em última análise, tornar-se-ão inviáveis.

Ao nível económico, a perda de população residente e envelhecimento levarão a uma maior fragilização do tecido económico local, na medida em que haverá menos mão-de-obra

disponível dentro do concelho, sendo necessário recorrer mais a mão-de-obra de fora do concelho. Este facto poderá conduzir a dois cenários: ou aumentam as deslocações pendulares no concelho ou a economia local perderá competitividade, tornando-se Mora menos atrativa para a localização das empresas. Do mesmo modo, o comércio e serviços locais perderão clientes, pelo que o tecido empresarial local, já de si frágil, tornar-se-á ainda mais frágil.

Em termos de atividades, o despovoamento e envelhecimento da população conduzirão à diminuição das práticas agrícolas e florestais. Este facto levará ao abandono/redução das áreas agrícolas e à proliferação dos matos, aumentando assim a perigosidade de incêndio florestal. Igualmente aumentará o peso do terceiro setor de atividade, nomeadamente social, na medida em que serão necessários mais cuidados e serviços para a população idosa.

2.4.3. FCD2. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE

AMBIENTAL

O FCD2 tem como objetivos avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PPVB contribui para o fomento da coesão e do equilíbrio do sistema territorial, para reabilitar e regenerar os espaços urbanos e para promover as acessibilidades e mobilidade para todos e os modos suaves de transporte, ao mesmo tempo que se traduz numa minimização dos riscos naturais e tecnológicos e promove a resiliência do território às alterações climáticas. Com efeito, compreende os seguintes critérios: equilíbrio do sistema territorial, qualificação do sistema urbano e promoção do território e ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas.

1. SITUAÇÃO ATUAL

Equilíbrio do sistema territorial

O concelho de Mora apresenta um **sistema de povoamento de tipo concentrado**, associado a um sistema fundiário de grandes propriedades, marcado pela dominância da sede de concelho em relação aos restantes lugares, o que traduz alguns desequilíbrios territoriais.

Com efeito, é na sede de concelho que se concentra mais de metade da população residente total e oferece um conjunto de bens e serviços que não existem nos outros lugares, nomeadamente ao nível das acessibilidades, equipamentos, serviços e infraestruturas. Tais características traduzem uma realidade de evidente macrocefalia, entendida no sentido da concentração de população na sede de concelho, polarizadora das principais funções sociais, económicas e cívicas. Este sistema territorial, com fortes contrastes, induz um conjunto de desafios associados às acessibilidades, à mobilidade interurbana e à distribuição dos equipamentos e serviços públicos.

A vila de Mora (onde se localiza o PPVB) encontra-se no topo da hierarquia municipal. Destaca-se dos restantes lugares por ser a sede de concelho, mas, sobretudo, pelo peso demográfico, quantidade e variedade de equipamentos e pelo acesso à rede viária. Num segundo nível da hierarquia do sistema urbano de Mora encontram-se as sedes de freguesia (Brotas, Cabeção e Pavia). Os restantes aglomerados (Malarranha e Ladeiras de Boavista) ocupam o terceiro nível na hierarquia do sistema urbano.

Neste contexto, desafios como as acessibilidades, a mobilidade interurbana e a distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território são, pois, preocupações que justificam a emergência de uma nova organização territorial.

Relativamente à **área construída nos perímetros urbanos do concelho**, verifica-se que o seu grau de execução total é bastante baixo, não ultrapassando os 57 %, e nenhum dos perímetros urbanos possui um grau de execução total. Concretamente o perímetro urbano de Mora, que possui 296,3 hectares, em 2018 apresentava 52 % de área consolidada e 4 % de área comprometida, e 44 % de área livre. O PPVB incide numa área livre do perímetro urbano de Mora, contribuindo a sua execução para a colmatação da malha urbana existente, para a rentabilização de infraestruturas e para a estruturação do sistema urbano.

Qualificação do sistema urbano e promoção do território

O concelho de Mora possui atualmente quatro **Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)** delimitadas e aprovadas, correspondentes às sedes de freguesia, sendo que apenas a de Mora tem já uma estratégia de reabilitação definida. Foi elencado um conjunto de intervenções a realizar por parte da autarquia no património edificado, nomeadamente a reabilitação da Torre do Relógio, nos equipamentos públicos, em concreto a ampliação do parque de feiras e nos espaços públicos, nomeadamente o Parque Verde de Mora, a concretização da segunda fase da requalificação da rua Catarina Eufémia e a qualificação de um espaço envolvente ao Bairro da Misericórdia.

No que respeita à **oferta pública de equipamentos**, os 134 equipamentos nas diferentes tipologias permitem responder às necessidades da população do concelho. Boa parte destes equipamentos localiza-se na sede, onde se verifica um relativo equilíbrio do peso de cada um em termos quantitativos, embora seja de realçar uma concentração no setor norte, mais antigo e central da vila, refletindo as origens do modelo de crescimento daquela. Curiosamente, os equipamentos de desporto e também de recreio e lazer ocorrem com maior incidência no setor sul, talvez associados à proximidade da escola.

No âmbito da **rede viária**, a área do PPVB beneficia dos mesmos acessos que a vila de Mora. Merece destaque a EN 251, a nascente, que liga Mora (concretamente na ligação com

o IC 13) a Vimieiro (entroncamento da EN 4), contornando a sede de concelho de Mora e a área do PPVB a sul. Esta via adquire assim um papel estruturante na hierarquia da rede viária do concelho. Igualmente se destaca a EM 502, com orientação aproximada E-O, que contorna a vila e o PPVB a norte, efetuando a ligação entre EN 2 e a EN 251. Esta via, por seu turno, assume um papel de distribuidora do tráfego local na hierarquia da rede viária municipal. Por fim, destaca-se o arruamento que liga atualmente a área do PPVB com a Rua de Santo António, a norte. Este é o único arruamento de ligação direto da área do PPVB à rede viária do concelho, constituída por uma via com dois sentidos, que foi recentemente pavimentada com pavimento betuminoso e beneficiada com valetas nas bermas. Trata-se, portanto, de uma via de acesso local (no contexto da hierarquia da rede viária do concelho), em bom estado de conservação.

A promoção do território está fortemente associada à criação de uma imagem de marca forte, ancorada na valorização do património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos. É necessária a criação ou recriação de produtos característicos que possibilitem a identificação do concelho de Mora, influenciando diretamente a procura turística nacional e internacional. Atualmente existe um subaproveitamento do potencial que esta área tem e a necessidade de instalar atividades que possibilitem o desenvolvimento de produtos marcantes e genuínos do território, que possibilitem a promoção e a valorização do mesmo.

Ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas

A principal fonte de **ruído** identificada no PPVB corresponde, atualmente, ao **tráfego rodoviário**. A área do PPVB apresenta $L_{den} \leq 55 \text{ dB (A)}$ e $L_n \leq 45 \text{ dB (A)}$ e não foi identificada qualquer área de conflito¹.

¹ As áreas de conflito correspondem, sobretudo, às zonas de proximidade das principais vias estruturantes e distribuidoras que intersejam o concelho, assim como junto a algumas vias de acesso local.

No que respeita aos **riscos naturais**, há a referir no concelho de Mora, o risco de ocorrência de **seca**, que apresenta uma tendência crescente e de intensificação entre 1951 e 1998, uma tendência de aumento do número de ondas de calor e da respetiva duração, entre 1970 e 2009. No mesmo âmbito, mas no que toca à **sismicidade**, o concelho de Mora encontra-se no intervalo de intensidade sísmica muito forte (Instituto de Meteorologia), correspondente à zona de ação sísmica B (ANPS, 2017). Porém, de acordo com o Indicador de Risco Sísmico Urbano (SIRIUS), que sintetiza vários tipos de informação relacionados com a perigosidade, vulnerabilidade e exposição, a área do PPVB e sua envolvente encontram-se em áreas de perigosidade inserida na classe C (moderada) e risco sísmico moderado.

Já em relação aos **movimentos de vertentes**, a área do PPVB, com hipsometria que varia entre os 102 e os 125 metros, mas com declives relativamente acentuados, especialmente no setor inferior das vertentes que delimitam o vale, não é, contudo, propícia a deslizamentos em massa. Por fim, as **cheias e inundações** que ocorrem atualmente no concelho são principalmente de origem fluvial, sendo que as áreas de perigosidade elevada¹ a este fenómeno se localizam, essencialmente, nas bacias de drenagem das ribeiras de Raia e do Divor, não abrangendo a área do PPVB.

Os **riscos mistos** no concelho de Mora são caracterizados essencialmente pelos **incêndios florestais** e pela possibilidade de **contaminação de aquíferos**. No que toca aos **incêndios florestais**, o PPVB, encontrando-se dentro de área urbana, não é suscetível. Contudo, a sul e a noroeste, verificam-se manchas florestais nas quais se verificam áreas de perigosidade média, alta e muito alta. Na **vulnerabilidade de contaminação de aquíferos**, a classe mais representativa no território corresponde a terrenos de vulnerabilidade “Moderada a baixa”, que abrangem uma área aproximada de 212 Km² (ca. 48 % do total do concelho) e que abrangem igualmente a área do PPVB.

¹ Ou seja, as superfícies adjacentes aos principais cursos de água, que são as primeiras áreas sujeitas ao transbordo e que têm maior probabilidade de ocorrência de cheias e inundações.

Focando a análise nos **riscos tecnológicos** na área do concelho de Mora, resumem-se a **atividades industriais**, riscos nas **áreas urbanas** e a **acidentes rodoviários**. No caso das atividades industriais, não se verificam, na envolvente próxima do PPVB, parques industriais, indústrias SEVESO nem instalações de combustíveis. Quanto aos riscos nas áreas urbanas e, como o PPVB se encontra atualmente despovoado, não se verificam riscos associados à concentração de população em edifícios/espços comunitários (igrejas, mercados, casas de espetáculo, hospitais, lares, recintos ao ar livre, entre outros), decorrentes da possibilidade de colapso de estruturas e/ou ocorrência de incêndios urbanos e/ou colapsos de edifícios. Por fim, a incidência de acidentes rodoviários, na envolvente do PPVB (pois no seu interior não existe atualmente rede viária), não tem aplicabilidade.

No que concerne às **alterações climáticas**, o IPCC¹, ponderou diferentes cenários² para o clima global, destacando-se a **evolução da temperatura**, da **precipitação** e do **nível médio do mar** (n.m.m.). Por seu turno, o Projeto SIAM³, de iniciativa nacional, iniciou-se em meados de 1999, com o objetivo de avaliar os impactes e medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal Continental no século XXI. Do mesmo modo também realizou cenários para o clima futuro⁴.

¹ *Intergovernmental Panel Climate Change*, criado em 1988 por parte do Programa Ambiental das Nações Unidas (PANU) e da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), com a função de estudar a evolução do clima até ao final deste século.

² Cenários (*RCP – Representative Concentration Pathways*): **RCP 8.5 (cenário menos favorável)** – Cenário que contempla um rápido e desequilibrado crescimento da população global e da economia e introdução de mais e novas tecnologias baseadas no combustível fóssil. Assume elevadas emissões de gases com efeito de estufa; **RCP 6.0** – Crescimento económico e populacional intermédio com ênfase em soluções locais ao nível social e da sustentabilidade económica; **RCP 4.5** – Convergência global com um rápido crescimento populacional, mas com uma rápida alteração nas estruturas económica no sentido de uma economia de serviços e de informação; **RCP 2.6 (cenário mais favorável)** – Cenário onde é contemplada a implementação de forma rigorosas de medidas de mitigação. Admite manter o aquecimento global dentro da meta dos 2°C.

³ *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures*.

⁴ Fonte <http://cciam.fc.ul.pt/prj/siam/>.

Atendendo ao esperado para Portugal Continental e analisando as projeções das alterações climáticas à escala local para o **concelho de Mora** no contexto geográfico em que se insere, é expectável que, até ao final do século XXI:

- I. se registre um aumento do número de dias com temperaturas máximas superiores a 25°C, passando do cenário atual que regista entre 12 e 140 dias/ano, para um cenário de mais de 180 a 220 dias/ano;
- II. se verifiquem, no melhor dos cenários, entre 60 e 80 dias/ano com temperaturas superiores a 35°C, quando atualmente ocorrem entre 10 e 20 dias/ano;
- III. a precipitação anual apresente uma redução que poderá atingir 40% até 2100, comparativamente com os valores atuais, cifrando-se a precipitação média anual em torno dos 600 mm.

Independentemente dos cenários e do êxito que os esforços de atenuação possam vir a revelar, o impacto das alterações climáticas vai intensificar-se nas próximas décadas devido ao efeito retardado das emissões passadas e presentes de gases com efeito de estufa. Por conseguinte, não temos alternativa senão tomar medidas de adaptação, para enfrentar os inevitáveis impactos climáticos e os seus custos económicos, ambientais e sociais (COM, 2013), acompanhadas por medidas de mitigação.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL

Complementando a caracterização anterior, no Quadro 2.8 apresenta-se uma análise SWOT para o fator crítico "**Promoção do território e sustentabilidade ambiental**", através de uma avaliação sintética dos pontos fortes/oportunidades, pontos fracos/ameaças, permitindo obter um diagnóstico global do estado atual do ambiente.

Quadro 2.8. *SWOT* para o Fator Crítico “promoção do território e sustentabilidade ambiental”

A. Equilíbrio do sistema territorial	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none"> Proximidade dos sistemas urbanos; Reduzida expressão da edificação dispersa. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema urbano macrocéfalo; Sistema fundiário de grandes propriedades; População ativa concentrada essencialmente em Mora; Descontinuidades urbanas.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de parcerias no âmbito urbano-rural e cooperação estratégica interurbana; Desenvolvimento de eixos urbanos de proximidade; Volume de tráfego tem vindo a aumentar, proporcionando uma maior dinâmica populacional e económica. 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia; Concorrência dos concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos; Insuficiente eficácia dos transportes públicos.
B. Qualificação do sistema urbano e promoção do território	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none"> Boa cobertura e diversidade de equipamentos coletivos; Sistemas de abastecimento de águas públicas e saneamento de águas residuais com elevada densidade e em bom estado; Rede viária que serve o concelho encontra-se, no geral, em bom estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Edifícios pertencentes aos principais aglomerados urbanos em mau estado de conservação; Inexistência de uma marca territorial forte que possibilite a atração de pessoas ao município ou que contribua para a sua promoção.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> Redução do tráfego no interior dos aglomerados urbanos, promovendo o acesso pedonal; Valorização do território através do desenvolvimento do seu potencial cultural e paisagístico; Desenvolvimento e criação de largos, fontanários, áreas verdes de forma a promover a socialização a população; Promoção dos produtos locais através da criação de uma marca própria. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de estratégia no domínio da acessibilidade e mobilidade para todos; Degradação urbana; Falta de diversidade de oferta turística; Falta de eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional.
C. Ruído, riscos naturais, mistos, tecnológicos e alterações climáticas	
Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
<ul style="list-style-type: none"> Área do concelho, na generalidade, de baixo ruído; Atratividade da área devido ao seu estilo de vida calmo; 	<ul style="list-style-type: none"> Pontos com elevado ruído associado aos perímetros urbanos e principais eixos estruturantes;

<ul style="list-style-type: none"> • Grande parte do território com baixos índices de vulnerabilidade de contaminação de aquíferos, existência de planos de emergência para o caso de ocorrência de acidentes tecnológicos; • Baixa e muito baixa perigosidade de ocorrência de incêndios; • Tendência geral de decréscimo de acidentes rodoviários; • Crescimento da possibilidade de atividade turística não apenas nos meses de verão; • Aumento do potencial de produção elétrica a partir de fontes renováveis; • Reduzida pressão antrópica sobre o território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Devido ao significativo número de edifícios antigos, a probabilidade de incêndios urbanos é maior; • Possibilidade de colapso de edifícios degradados; • Território em área de elevada intensidade sísmica; • Aumento do número de dias de calor extremo; • Diminuição da precipitação; • Diminuição da disponibilidade de água para a agricultura; • Aumento de taxas de desertificação; • Elevada taxa de utilização de transportes individuais motorizados em vez de transportes públicos e bicicletas.
Oportunidades (O)	Ameaças (T)
<ul style="list-style-type: none"> • A geral ausência de ruído permite uma maior atratividade do concelho, como fator essencial para uma elevada qualidade de vida; • Implementação de medidas de redução de ruído nas áreas mais afetadas por este; • Estabelecimento de medidas que permitam o estudo dos riscos e a sua posterior mitigação ou redução; • Baixa probabilidade de ocorrência de movimentos de vertentes e cheias; • Adaptações locais que permitem à população e ao território a adaptação às alterações climáticas; • POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e eficiência de uso dos recursos – Eixo II; • Maior preocupação dos agentes internacionais e nacionais com as consequências das alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do tráfego leva ao aumento do ruído no concelho; • Previsão do incremento de fenómenos decorrentes das alterações climáticas com potencial de gerar situações de risco; • Inexistência de um plano regional de adaptação às alterações climáticas; • Agravamento dos fenómenos provocados pelas alterações climáticas.

2. OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O FATOR CRÍTICO

O Quadro 2.9 sintetiza o impacto dos objetivos fundamentais da proposta PPVB em relação ao fator crítico **“promoção do território e sustentabilidade ambiental”**. Consta-se assim que os objetivos fundamentais do PPVB potenciam várias **oportunidades** para este fator crítico, designadamente para os critérios a que se atendeu, que se interrelacionam, uma vez que integram diversas medidas que, direta e/ou indiretamente, se repercutem no equilíbrio do sistema urbano, na qualificação do espaço urbano e na prevenção/mitigação de riscos, bem como das alterações climáticas.

Quadro 2.9. Identificação de Oportunidades e Riscos para o FCD “promoção do território e sustentabilidade ambiental”

Objetivos Fundamentais do PPVB	Critérios		
	Equilíbrio do sistema territorial	Qualificação do sistema urbano e promoção do território	Ruído, riscos naturais, mistos, tecnológicos e alterações climáticas
Atrair e fixar população jovem	O	O	O
Valorizar o território	O	O	O

Legenda:

O - Oportunidade	R - Risco	SR – Sem relação
------------------	-----------	------------------

Estas intervenções consistem, sinteticamente, na dinamização das áreas urbanas e no aproveitamento racional dos espaços intersticiais, poupando assim o recurso solo e a promoção das vantagens competitivas do território.

No que concerne aos **riscos** associados aos objetivos do PPVB, não se identificam neste contexto situações relevantes.

3. TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO SEM PROPOSTA DE PPVB

Face à situação diagnosticada, e na ausência das intervenções previstas no PPVB, manter-se-ão os pontos fracos e as ameaças identificados, (*vd.* Quadro 2.8), dos quais se salienta a manutenção de um espaço livre dentro do perímetro urbano, não contribuindo para a consolidação da malha urbana local e estruturação do sistema urbano concelhio e regional.

Igualmente se revela, no contexto da atual ocupação da área do PPVB, genericamente inculta, com presença de oliveiras (*Olea europaea*) dispersas degradadas e em mau estado fitossanitário e cujo uso se prende com um estaleiro informal de madeiras e alguma atividade pecuária de subsistência, prevê-se o desaparecimento gradual da vegetação, perda de solo e aumento da erosão (com destaque para a hídrica e a eólica). Este cenário conduzirá a uma

desvalorização e desprestígio do local e da paisagem que, por sua vez, se mostrarão desfavoráveis.

Por outro lado, a manutenção do cenário atual não levará ao aumento do ruído no local, nem do tráfego. Igualmente também não aumentará a macrocefalia que se verifica atualmente no concelho.

2.5. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento apresentadas no âmbito da presente avaliação ambiental visam identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a assegurar um bom desempenho ambiental do PPVB, de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

A sua identificação foi realizada com base nos resultados da presente AAE e, em particular, com base nos resultados da avaliação das oportunidades e dos riscos, definindo-se três categorias fundamentais:

1. **Diretrizes de planeamento e gestão:** correspondem a orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação do PPVB;
2. **Diretrizes de monitorização:** correspondem a procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PPVB;
3. **Diretrizes de governança:** identificam-se as entidades que, e face aos seus domínios de intervenção e às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, se considera

que poderão vir a desempenhar um papel estratégico na implementação do PPVB e que poderão contribuir para uma melhor governança no âmbito da sua implementação.

2.5.1. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As diretrizes apresentadas, por critério e por FCD, materializar-se-ão na fase de gestão e operacionalização do PPVB. Visam assim influenciar as ações de planeamento e gestão, tentando prevenir e reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente.

FCD1. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Fixação da população residente e melhoria das condições de vida

1. Promover medidas de fixação da população ativa no concelho e a diminuição das taxas de emigração (e.g. transporte escolar gratuito, reforço da rede pública de equipamentos de apoio à primeira infância, criação de condições para o alargamento do horário de permanência das crianças nos estabelecimentos escolares);
2. Promover projetos de habitação acessíveis, de forma a ajudar a instalação de população jovem ou famílias jovens;
3. Desenvolver um concelho que se destaca pela sua elevada qualidade de vida, conseguindo atrair população de outros concelhos;
4. Desenvolver instituições e equipamentos de apoio à população mais vulnerável, ou seja, à população mais jovem e à de terceira idade.

Dinâmica económica

1. Criar políticas de incentivos para a atração de empresas que promovam um desenvolvimento sustentável, baseado em emprego qualificado e essencialmente no setor económico agroflorestal;
2. Criar uma estratégia de *marketing* virada para a promoção de um território natural, baseada na ideia de destino de natureza, nas suas mais diversas vertentes;
3. Desenvolver a zona industrial de forma a ter condições para uma grande diversidade de atividades económicas;
4. Promover eventos e feiras temáticas que possam aumentar e promover a oferta do concelho;
5. Promover processos de regeneração urbana que permitam uma valorização do património cultural e o acréscimo da atividade turística;
6. Promover a cooperação entre comerciantes, de forma a tornar o mercado mais competitivo;
7. Promover eventos que permitam o desenvolvimento e a constante inovação de produtos regionais;
8. Dinamizar centros de comércio locais.

Emprego / qualificação dos recursos humanos e dos serviços

1. Atrair população jovem e controlar a emigração da população ativa presente no concelho;
2. Promover a integração da população imigrante residente no concelho;
3. Dinamizar a oferta de formação e educação para jovens e adultos, enquadrada com a oferta de emprego necessária no concelho e perspetivando o futuro;
4. Desenvolver ofertas de emprego para a população qualificada que se inicia no mercado de trabalho;

5. Dinamizar formações por parte das empresas que permitem um aumento da produtividade, gestão do tempo, inovação, motivação, liderança, práticas de *marketing* comercial e outros;
6. Desenvolver financiamento de apoio ao empreendedorismo;
7. Promover ações de formação por parte dos centros de emprego, direcionadas para a população desempregada, de forma a ser inserida no mercado de trabalho, nas áreas de maior necessidade;
8. Criar programas de certificação das práticas ambientais e empresariais.

FCD2. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Equilíbrio do sistema territorial

1. Promover medidas de controlo de forma a conter o crescimento do povoamento disperso, criando simultaneamente perímetros que possibilitem o preenchimento de interstícios;
2. Estruturar novos corredores de ligação entre os aglomerados urbanos existentes (eixos viários, pedonais, espaços verdes).

Qualificação do sistema urbano e promoção do território

1. Utilização de espécies autóctones, bem adaptadas ao contexto biogeográfico (em especial clima e solo), nos espaços verdes do PPVB, que minimizem a utilização de recursos hídricos na sua manutenção;
2. Requalificar áreas públicas degradadas para efeitos de lazer e recreação;
3. Desenvolver áreas verdes dentro dos perímetros urbanos de forma a melhorar a qualidade do ar, diminuir o desenvolvimento da ilha de calor urbano e a criação de áreas de descanso para a população;

4. Desenvolver formas de promover o transporte público, diminuindo o número de veículos individuais no concelho (diminuição do preço dos passes para a população estudantes ou de terceira idade);
5. Promover programas de acessibilidades, de forma a reduzir o tráfego dentro das urbanizações, procurar desenvolver um programa de acessibilidades para todos.

Riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas

1. Identificadas as áreas de maior ruído, devem ser tomadas medidas de minimização do mesmo (e.g. criação de barreiras arbóreas);
2. Ações de sensibilização da população sobre os riscos naturais, mistos ou tecnológicos de forma a minimizar as consequências e a responder de forma mais eficaz em caso de ocorrência de um evento deste género;
3. De forma a reduzir a perigosidade de ocorrência de incêndios florestais, deverá ser feita a limpeza das florestas e a gestão de combustíveis, assim como a promoção da minimização da edificação dispersa;
4. Promover a utilização de medidas de reforço estrutural antissísmico nas construções;
5. Elaboração de Um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
6. Sensibilizar a população sobre os efeitos das alterações climáticas e das práticas que podem ser adotadas para que sejam mitigadas as suas consequências;
7. Promover ações de sensibilização sobre a importância dos recursos hídricos de forma a reduzir os gastos de água, promover a reutilização da mesma e diminuir a possibilidade de contaminação;
8. Promover a eficiência energética dos edifícios, estimular a utilização de fontes de energia limpa por parte das empresas públicas e privadas de modo a reduzir os gastos energéticos e a pegada mundial de carbono.

2.5.2. DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

As diretrizes de monitorização consistem na apresentação de um conjunto de indicadores de monitorização selecionados para cada fator crítico e por critério, cuja resposta permitirá o acompanhamento dos efeitos da execução do PPVB e a avaliação da sustentabilidade da estratégia definida (vd. Quadro 2.10 e Quadro 2.11).

Quadro 2.10. Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico “População e Desenvolvimento Socioeconómico”

Objetivos e metas de referência	Indicador de Monitorização	Unidade	Periodicidade	Fontes de informação
Critério “Fixação da população residente e melhoria da qualidade de vida”				
Promover a fixação de população ativa no concelho	Taxa de crescimento efetivo da população	%	4 anos	INE
	Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários	%	4 anos	INE
Criar espaços verdes e de utilização coletiva	N.º de espaços verdes e de utilização coletiva criados	N.º	4 anos	Autarquia
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos e de equipamentos de utilização coletiva	N.º de intervenções nos espaços públicos, equipamentos e infraestruturas locais	N.º	4 anos	Autarquia
Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos	N.º	4 anos	Autarquia
Promover a acessibilidade para todos	N.º de intervenções e tipologia de ações no âmbito da acessibilidade para todos	N.º	4 anos	Autarquia
Critério “Dinâmica económica”				
Reforçar a base económica local	VAB do concelho	€	4 anos	INE
	N.º de empresas criadas por CAE	N.º	4 anos	INE
Fixar empresas ambientalmente sustentáveis	N.º de empresas com certificação ambiental	N.º	4 anos	Isso survey
Fixar empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	N.º de empresas ligadas ao turismo de natureza	N.º	4 anos	INE; Turismo de Portugal
	N.º de rotas/circuitos pedestres/bicicleta; pontos de observação ed aves e locais de mergulho, devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados para o efeito	N.º/tipo	4 anos	INE; Turismo de Portugal
Apostar em projetos diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais que acrescentem valor ao território e alarguem a base económica local	N.º de projetos âncora diferenciadores	N.º	Anual	INE; Turismo de Portugal

Critério "Emprego/Qualificação dos recursos humanos e serviços"				
Promover a criação de emprego qualificado	Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade	% por setor	4 anos	INE
	Peso da população empregada por qualificação académica e profissional	%	4 anos	INE
Certificar práticas e produtos	N.º de empresas e produtos/serviços certificados	%	4 anos	INE

Quadro 2.11. Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico "Promoção do território e sustentabilidade ambiental",

Objetivos e metas de referência	Indicador de Monitorização	Unidade	Periodicidade	Fontes de informação
Critério "Equilíbrio do sistema territorial"				
Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios	Taxa de crescimento da classe "urbano" no uso do solo	%	4 anos	Autarquia
	Evolução do peso do n.º de alojamentos fora dos perímetros urbanos vs dentro dos perímetros urbanos	%	4 anos	INE
Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer	N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos	N.º	4 anos	Autarquia
Critério "Qualificação do sistema urbano e promoção do território"				
Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, saneamento, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência	Taxas de cobertura das infraestruturas básicas	%	4 anos	Autarquia
	N.º de intervenções realizadas para a eficiência das redes	N.º	4 anos	Autarquia
Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados	N.º	4 anos	Autarquia
	Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva	%	4 anos	Autarquia
Promover os modos de mobilidade suave	Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados	Km	4 anos	Autarquia
Promover a acessibilidade para todos, na lógica do <i>design for all</i> , nos espaços públicos e privados	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos	N.º	4 anos	Autarquia
Criar/reciar produtos, incluindo turísticos	N.º de ações desenvolvidas de <i>marketing</i> territorial	N.º	4 anos	Autarquia
Critério "Ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas"				
Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos	N.º	4 anos	Autarquia
Sensibilizar a população para os fenómenos perigosos	N.º de medidas desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos	N.º	4 anos	ANPC; Bombeiros; Autarquia

Sensibilizar a população para as alterações climáticas	Sensibilização para as alterações climáticas	N.º	4 anos	ANPC; Bombeiros; Autarquia
--	--	-----	--------	----------------------------------

2.5.3. DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

ENTIDADES INTERVENIENTES

O envolvimento e colaboração das diversas entidades intervenientes na elaboração e implementação do PPVB é essencial para o seu sucesso, destacando-se, como entidade fundamental na execução daquele, o Município de Mora. No entanto, existem outras entidades que, face às suas competências, desempenham igualmente um papel de relevo na concretização e operacionalização do PPVB, tais como:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - ARH do Tejo e Oeste;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR);
- Assembleia Municipal de Mora (AM Mora);
- Junta de Freguesia de Mora.

A estas entidades deverão ainda associar-se:

- a População, em geral;
- as Associações Locais;
- as ONG - Organizações Não Governamentais;
- e as Entidades/Associações Empresariais.

1. SOBRE A FUNÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORA

1. Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e com as várias escalas de planeamento supramunicipal;

2. Manter atualizados os diagnósticos, as perspectivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;
3. Envidar esforços na atração de investimentos que assegurem a concretização da estratégia definida;
4. Garantir que o Plano de Mobilidade e Acessibilidade promove o concelho como destino inclusivo;
5. Promover em parceria com as entidades competentes ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, mistos, tecnológicos) e ruído;
6. Assegurar em colaboração as entidades competentes, uma correta e eficaz infraestruturação do território concelhio e a dotação dos equipamentos de uso coletivo necessários;
7. Implementar e adotar políticas e medidas de discriminação positiva que criem incentivos para melhor eficiência energética e que promovam o uso de fontes renováveis de energia;
8. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a detetar comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
9. Promover e apoiar os processos de participação pública;
10. Promover ações de informação e de sensibilização das populações;
11. Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada sobre o território.

2. SOBRE A FUNÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1. Definir políticas e macro estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas sectoriais e a nível municipal;
2. Manter atualizados os diagnósticos, as perspectivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável;
3. Implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização;
4. Desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;

5. Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada;
6. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

3. SOBRE A FUNÇÃO DA POPULAÇÃO / ASSOCIAÇÕES LOCAIS

1. Manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela câmara municipal;
3. Adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética;
4. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

4. SOBRE A FUNÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

1. Manter-se informada sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. Promover a participação pública;
3. Colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactes ambientais;
4. Acompanhar a monitorização da implementação do PPVB em matéria ambiental;
5. Desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
6. Manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

5. SOBRE A FUNÇÃO DE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

1. Manter-se informados sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;

2. Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente a câmara municipal;
3. Adotar práticas diárias e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração dos recursos e a degradação dos recursos;
4. Adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética.

2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de AAE assume como premissa fundamental que a **opção tomada** é aquela que se **traduz em mais ganhos ambientais e menores impactes negativos**, independentemente do âmbito a que se aplica.

Em sede de elaboração do PPVB importa, pois, avaliar os **efeitos significativos e cumulativos no ambiente** decorrentes das **opções estratégicas** definidas para o território municipal. A estratégia preconizada no PPVB encontra-se fortemente ancorada em **desígnios de sustentabilidade ambiental, social, económica e institucional**, abrindo caminhos e oportunidades para alcançar a visão assumida em sede de estratégia de desenvolvimento municipal.

A necessidade de **atrair e fixar população jovem** é apontada na estratégia (vd. capítulo 7.2 do relatório) como um dos primeiros objetivos estratégicos a alcançar, por forma a reduzir a perda populacional que se tem registado nas últimas décadas, e o seu envelhecimento, pilar fundamental para alavancar a economia local. A par deste objetivo, também surge a necessidade de **promoção do território e sustentabilidade ambiental**, numa perspetiva de

equilibrar o sistema territorial, de qualificar o sistema urbano e promover o território, e na prevenção e mitigação dos efeitos nocivos do ruído, riscos (naturais, mistos e tecnológicos) e alterações climáticas.

Não sendo um concelho com conflitos ambientais relevantes, o despovoamento e o envelhecimento da população residente poderão comprometer a sustentabilidade socioeconómica, dos equipamentos e infraestruturas, bem como a sustentabilidade ambiental e a salvaguarda dos recursos naturais. A valorização destes fatores assume especial importância no contexto de **alterações climáticas**, em que a tendência para o agravamento das situações de perigosidade e risco a fenómenos extremos colocam a integração das condicionantes à ocupação do solo como um desafio importante que o PPVB deve dar resposta.

Com efeito, **não foram detetadas incompatibilidades entre a estratégia** proposta e os **objetivos gerais de ambiente e sustentabilidade**, o que se pode justificar pelas preocupações ambientais manifestadas em sede de elaboração do PPVB. Garantiu-se assim, desde logo, coerência com as estratégias regionais, nacionais, europeias e internacionais e, ainda pela estreita relação entre o desenvolvimento das orientações estratégicas do plano e o processo de avaliação, havendo permanente troca de impressões com o intuito de conferir elevados índices de sustentabilidade à estratégia preconizada.

Em suma, considera-se que a elaboração do PPVB configura um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e institucional, que incrementarão a qualidade de vida e a coesão social e territorial deste concelho.

2.7. BIBLIOGRAFIA

APA (2012) – “Plano de Gestão Hidrográfica do Tejo – Parte 2, caracterização e diagnóstico da região hidrográfica”, Lisboa;

APA (2012) – “Programa nacional para o uso eficiente da água, implementação 2012-2020”;

CERQUEIRA, J. (1992) – “Solos e clima em Portugal”; Clássica editora, Lisboa;

COMISSÃO EUROPEIA (1999), EDEC – “Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da EU”, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo;

COSTA, J. P. (2013) – “Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas – As Frentes de Água”; Lisboa, Livros Horizonte;

D’ABREU, A.C. *et al.* (2004) – “Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, Vol. IV – Grupos de unidades de paisagem: K (Maciço Calcário da Estremadura) a Q (Terras do Sado)”; Coord. DGOTDU, Lisboa;

DGOTDU (2011) – “Circular de Orientação Técnica sobre Qualificação dos PMOT para efeitos de não sujeição a avaliação ambiental”; circulares de orientação técnica COT 03/2011;

DGOTDU e APA (2008) – “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Documentos de Orientação 01/2008”, Lisboa, pp. 137.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENDS 2005-2015, pp. 145.

IPCC (2014) – “*Climate Change 2014 – Synthesis Report. Contribution of Working Group I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R. K. Pachauri and L. A. Meyer (eds.)]*”, IPCC, Geneva, Switzerland;

Ministério da Economia (2014) – “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+)”, Lisboa, pp. 122.

NUNES, D. A. (2010) – “A Avaliação Ambiental Estratégica e os Impactes Cumulativos”, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Instituto Superior Técnico, Lisboa, pp. 51.

PARTIDÁRIO, M.R. (2012) – “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”, Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais, Lisboa;

PARTIDÁRIO, M.R. (2007) – “Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora;

PEREIRA, A. *et al.* (2005) – “Os Recursos Naturais em Portugal; Inventariação e Proposta de um Modelo Geográfico de Avaliação”, in Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, 22 a 24 de setembro de 2005;

SANTOS, F. D. e MIRANDA, P. (2006) – “Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactes e medidas de adaptação – Projeto SIAM II”, Gradiva, Lisboa;

TURISMO DE PORTUGAL (2006) – “10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza”, Lisboa, pp. 60.

TURISMO DE PORTUGAL (2006) – “10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo Náutico”, Lisboa, pp. 60.

TURISMO DE PORTUGAL (2013) – “Plano Estratégico Nacional do Turismo. Revisão e Objetivos 2013-2015”; Lisboa, pp. 74.

TURISMO DE PORTUGAL (2016) – “Turismo 2020. Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal 2014-2020”; Lisboa, pp. 191.

VELADO, C. (2011) – “As entidades com responsabilidades ambientais específicas, o papel da CCDR”; CCDRC

LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro

Decreto do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

Lei n.º 58/2011, de 4 de maio

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001, de 11 de outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-E/2013, de 22 de março

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro

OUTRAS FONTES

<http://www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Pages/default.aspx>



<http://www.cm-mora.pt>

<http://www.ine.pt>;

<https://www.iefp.pt/estatísticas>;